

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	87
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	88
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	89
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	283.067.254
Preferenciais	0
Total	283.067.254
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	16.488.261	13.291.763
1.01	Ativo Circulante	3.427.046	2.405.242
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	242.290	133.598
1.01.02	Aplicações Financeiras	27	1.416
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	27	1.416
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	27	1.416
1.01.03	Contas a Receber	1.721.257	1.671.211
1.01.03.01	Clientes	1.721.257	1.671.211
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	1.721.257	1.671.211
1.01.06	Tributos a Recuperar	791.584	189.745
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	791.584	189.745
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	112.389	72.441
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	679.195	117.304
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	671.888	409.272
1.01.08.03	Outros	671.888	409.272
1.01.08.03.02	Créditos especiais - Funac	57.306	34.992
1.01.08.03.03	Outros ativos	409.643	164.308
1.01.08.03.05	Serviços em curso	143.912	146.134
1.01.08.03.06	Instrumento financeiro derivativo - swap	48	20.699
1.01.08.03.07	Subvenção CDE - desconto tarifário	60.979	43.139
1.02	Ativo Não Circulante	13.061.215	10.886.521
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.517.351	4.374.990
1.02.01.04	Contas a Receber	107.652	111.889
1.02.01.04.01	Consumidores e outras contas a receber	107.652	111.889
1.02.01.07	Tributos Diferidos	987.711	997.922
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	987.711	997.922
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.421.988	3.265.179
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados a litígios	186.335	183.069
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	2.034.121	187.723
1.02.01.10.08	Ativo indenizável (concessão)	237.809	225.003
1.02.01.10.09	Outros ativos	7.308	5.893
1.02.01.10.10	Ativos financeiros setoriais	177.053	143.929
1.02.01.10.11	Ativo de contrato	1.730.117	1.526.778
1.02.01.10.12	Instrumentos financeiros derivativos - swap	75.397	54.266
1.02.01.10.14	Créditos especiais - Funac	973.848	938.518
1.02.03	Imobilizado	65.025	68.695
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	65.025	68.695
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	65.025	68.695
1.02.04	Intangível	6.478.839	6.442.836
1.02.04.01	Intangíveis	6.478.839	6.442.836
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	6.478.839	6.442.836

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	16.488.261	13.291.763
2.01	Passivo Circulante	5.369.769	4.748.871
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52.914	46.979
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	52.914	46.979
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	52.914	46.979
2.01.02	Fornecedores	1.502.150	1.381.668
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.502.150	1.381.668
2.01.02.01.01	Fornecedores e outras contas a pagar	1.502.150	1.381.668
2.01.03	Obrigações Fiscais	164.870	215.533
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	49.201	90.241
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	12.930
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	49.201	77.311
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	102.852	114.152
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	12.817	11.140
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.667.132	2.471.135
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.667.132	2.471.135
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.666.543	2.297.055
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	589	174.080
2.01.05	Outras Obrigações	982.703	633.556
2.01.05.02	Outros	982.703	633.556
2.01.05.02.04	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	565.244	0
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	162.636	183.285
2.01.05.02.08	Outros passivos	170.318	154.665
2.01.05.02.09	Passivos financeiros setoriais	81.175	289.519
2.01.05.02.13	Obrigações com arrendamento	3.330	5.974
2.01.05.02.14	Instrumento financeiro derivativo - swap	0	113
2.02	Passivo Não Circulante	5.101.497	2.545.309
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.044.228	451.525
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.044.228	451.525
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	764.779	199.588
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	279.449	251.937
2.02.02	Outras Obrigações	2.810.782	958.162
2.02.02.02	Outros	2.810.782	958.162
2.02.02.02.03	Fornecedores e outras contas a pagar	493.105	522.110
2.02.02.02.04	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.844.953	0
2.02.02.02.07	Obrigações com benefícios pós-emprego	276.883	271.939
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	151.755	117.539
2.02.02.02.12	Outros passivos	43.318	45.613
2.02.02.02.14	Obrigações com arrendamentos	768	961
2.02.04	Provisões	1.246.487	1.135.622
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.246.487	1.135.622
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	39	39
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	578.279	480.734
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	551.501	539.332
2.02.04.01.05	Provisão regulatórias	110.033	115.517

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.04.01.06	Outras provisões	6.635	0
2.03	Patrimônio Líquido	6.016.995	5.997.583
2.03.01	Capital Social Realizado	5.664.952	5.075.679
2.03.02	Reservas de Capital	3.507.653	4.096.926
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	3.507.653	3.507.653
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	589.273
2.03.03	Reservas de Reavaliação	56.578	63.049
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.209.512	-3.239.242
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.676	1.171

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.968.893	1.530.198
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.864.329	-1.408.151
3.03	Resultado Bruto	104.564	122.047
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.932	-120.397
3.04.01	Despesas com Vendas	59.275	-31.553
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-83.717	-106.265
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16.510	17.421
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	96.632	1.650
3.06	Resultado Financeiro	-59.061	-69.635
3.06.01	Receitas Financeiras	84.525	383.079
3.06.02	Despesas Financeiras	-143.586	-452.714
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	37.571	-67.985
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.312	21.956
3.08.01	Corrente	-2.120	-6.878
3.08.02	Diferido	-12.192	28.834
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	23.259	-46.029
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	23.259	-46.029
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,08217	-0,18030
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,08217	-0,18030

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	23.259	-46.029
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.847	14.804
4.02.01	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-5.828	22.430
4.02.02	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	1.981	-7.626
4.03	Resultado Abrangente do Período	19.412	-31.225

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-302.070	-219.956
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	194.933	154.967
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do período	23.259	-46.029
6.01.01.02	Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	-59.275	31.432
6.01.01.03	Depreciação e amortização	102.602	87.267
6.01.01.04	Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	31.253	40.500
6.01.01.05	Juros, variações monetárias e cambiais	94.137	387.410
6.01.01.06	Instrumentos financeiros derivativos - juros e variação cambial	-44.065	-341.331
6.01.01.07	Ativos e passivos financeiros setoriais	1.643	-5.999
6.01.01.08	Atualização ativo indenizável	-4.988	-1.324
6.01.01.09	Valor residual de intangível / imobilizado baixado	5	21
6.01.01.10	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.192	-28.834
6.01.01.11	Provisões para processos judiciais e outros riscos	32.422	14.858
6.01.01.12	Obrigações com benefício pós-emprego	5.748	3.919
6.01.01.13	P&D e eficiência energética	0	13.077
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.858.483	-362.639
6.01.02.01	Consumidores e outras contas a receber	13.465	23.011
6.01.02.02	Subvenção CDE- desconto tarifário	-17.840	-21.732
6.01.02.03	Ativos financeiros setoriais	-30.245	23.166
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	-39.948	-1.076
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	-2.408.289	-5.552
6.01.02.06	Depósitos vinculados a litígios	-2.788	-2.862
6.01.02.07	Serviço em curso	2.222	15.375
6.01.02.08	Créditos especiais - FUNAC	300	278
6.01.02.09	Outros créditos	-246.748	-18.110
6.01.02.10	Fornecedores e outras contas a pagar	91.477	-197.034
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	5.935	21.420
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	36.235	954
6.01.02.13	Outras obrigações fiscais	-37.733	-13.018
6.01.02.14	Encargos setoriais	11.988	-39.111
6.01.02.15	Passivos financeiros setoriais	-212.866	-69.306
6.01.02.16	Outros passivos	13.357	-9.656
6.01.02.17	Pagamento das provisões para processos judiciais e outros riscos	-25.070	-42.915
6.01.02.18	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-11.054	-16.587
6.01.02.19	Pagamentos de obrigações com benefícios pós-emprego	-804	-9.548
6.01.02.20	Pagamento de juros de arrendamentos	-77	-336
6.01.03	Outros	2.361.480	-12.284
6.01.03.01	Pagamento de juros de instrumentos financeiros derivativos	448	-6.360
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-49.165	-5.924
6.01.03.03	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.410.197	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-344.708	-251.404
6.02.01	Aplicações no intangível e imobilizado	-346.097	-251.229
6.02.02	Títulos e valores mobiliários	1.389	-175

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	755.470	121.516
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	950.196	222.352
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	-229.084	-97.891
6.03.03	Pagamento de arrendamento financeiro (principal)	-2.838	-2.945
6.03.04	Recebimento de instrumentos financeiros derivativos (principal)	37.196	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	108.692	-349.844
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	133.598	438.781
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	242.290	88.937

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.075.679	4.096.926	0	-3.239.242	64.220	5.997.583
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.075.679	4.096.926	0	-3.239.242	64.220	5.997.583
5.04	Transações de Capital com os Sócios	589.273	-589.273	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	589.273	0	0	0	0	589.273
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	-589.273	0	0	0	-589.273
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.259	-3.847	19.412
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.259	0	23.259
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.847	-3.847
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-5.828	-5.828
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.981	1.981
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	6.471	-6.471	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	6.471	-6.471	0
5.07	Saldos Finais	5.664.952	3.507.653	0	-3.209.512	53.902	6.016.995

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.075.679	3.507.653	0	-3.349.950	79.123	5.312.505
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.075.679	3.507.653	0	-3.349.950	79.123	5.312.505
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-46.029	14.804	-31.225
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-46.029	0	-46.029
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	14.804	14.804
5.05.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	22.430	22.430
5.05.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-7.626	-7.626
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	4.909	-4.909	0
5.07	Saldos Finais	5.075.679	3.507.653	0	-3.391.070	89.018	5.281.280

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	3.109.074	2.464.069
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.692.443	2.257.493
7.01.02	Outras Receitas	16.510	17.421
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	340.846	220.587
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	59.275	-31.432
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.905.526	-1.458.907
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.271.380	-965.634
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-560.606	-416.971
7.02.04	Outros	-73.540	-76.302
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.203.548	1.005.162
7.04	Retenções	-102.602	-87.267
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-102.602	-87.267
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.100.946	917.895
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	86.254	383.901
7.06.02	Receitas Financeiras	86.254	383.901
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.187.200	1.301.796
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.187.200	1.301.796
7.08.01	Pessoal	64.979	60.863
7.08.01.01	Remuneração Direta	46.485	35.003
7.08.01.02	Benefícios	13.518	19.930
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.478	1.369
7.08.01.04	Outros	3.498	4.561
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	948.896	833.310
7.08.02.01	Federais	351.062	293.910
7.08.02.02	Estaduais	554.565	535.875
7.08.02.03	Municipais	43.269	3.525
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	150.066	453.652
7.08.03.01	Juros	36.002	37.236
7.08.03.02	Aluguéis	6.480	938
7.08.03.03	Outras	107.584	415.478
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	23.259	-46.029
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	23.259	-46.029

Comentário do Desempenho

Comentários de Desempenho

1T21

Enel Distribuição Goiás

CELG Distribuição S.A

30 de abril de 2021

Relações com Investidores

Michelle Rodrigues Nogueira
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Isabel Regina Alcantara
Responsável por Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pt-goias/investidores.html> | brasil.investorrelations@enel.com

Comentário do Desempenho



Goiânia, 30 de abril de 2021 – A CELG Distribuição S.A (“Enel Distribuição Goiás” ou “Companhia”), distribuidora de energia elétrica que atende 237 municípios no estado de Goiás (7 milhões de habitantes) divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2020 (1T21). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	3.522	3.449	2,1%	3.926	-10,3%
Receita Bruta (R\$ mil)	3.033.289	2.478.080	22,4%	3.248.371	-6,6%
Receita Líquida (R\$ mil)	1.968.893	1.530.198	28,7%	2.169.458	-9,2%
EBITDA (2) (R\$ mil)	199.234	88.917	>100,0%	327.593	-39,2%
Margem EBITDA (%)	10,12%	5,81%	4,31 p.p	15,10%	-4,98 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	12,24%	6,79%	5,45 p.p	19,06%	-6,82 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)	96.632	1.650	>100,0%	241.194	-59,9%
Margem EBIT (%)	4,91%	0,11%	4,80 p.p	11,12%	-6,21 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	23.259	(46.029)	<-100,0%	118.280	-80,3%
Margem Líquida	1,18%	-3,01%	4,19 p.p	5,45%	-4,27 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	1,43%	-3,51%	4,94 p.p	6,88%	-5,45 p.p
CAPEX (R\$ mil)	269.580	190.353	41,6%	399.153	-32,5%
DEC (12 meses)*	17,31	19,78	-12,5%	17,03	1,6%
FEC (12 meses)*	9,82	10,14	-3,2%	9,61	2,2%
Índice de Arrecadação (12 meses)	98,41%	98,76%	-0,35 p.p	98,27%	0,14 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	11,52%	12,31%	-0,79 p.p	11,39%	0,13 p.p
Nº de Consumidores Totais	3.229.106	3.132.527	3,1%	3.207.025	0,7%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.124	1.062	5,8%	1.123	0,1%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	244	269	-9,3%	279	-12,5%
PMSO (4)/Consumidor	81,46	101,48	-19,7%	59,53	36,8%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	224	244	-8,2%	228	-1,8%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	14.417	12.827	12,4%	14.063	2,5%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

(2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: resultado do serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição Goiás fornece energia elétrica a todos os 237 municípios do Estado de Goiás, em uma área de 337 mil km². A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 3,2 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população de cerca de 7 milhões de habitantes.

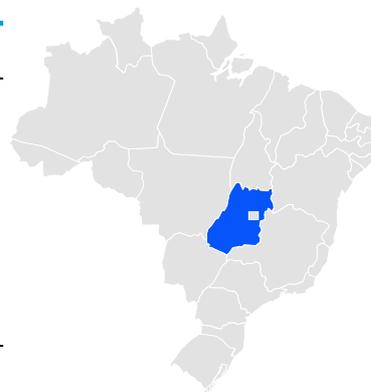
DADOS GERAIS*

	1T21	1T20	Var. %
Área de Concessão (km ²)	336.871	336.871	-
Municípios (Qte.)	237	237	-
Habitantes (Qte.) (1)	7.113.540	7.018.354	1,4%
Consumidores (Unid.)	3.229.106	3.132.527	3,1%
Linhas de Distribuição (Km)	219.131	215.847	1,5%
Linhas de Transmissão (Km)	6.009	6.005	0,1%
Subestações (Unid.)	357	352	1,4%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	14.528	14.269	1,8%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,71%	3,80%	-0,09 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	3,05%	3,00%	0,05 p.p

(1) Estimativa do número de Habitantes de Goiás de acordo com a projeção da população divulgada anualmente pelo IBGE

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE

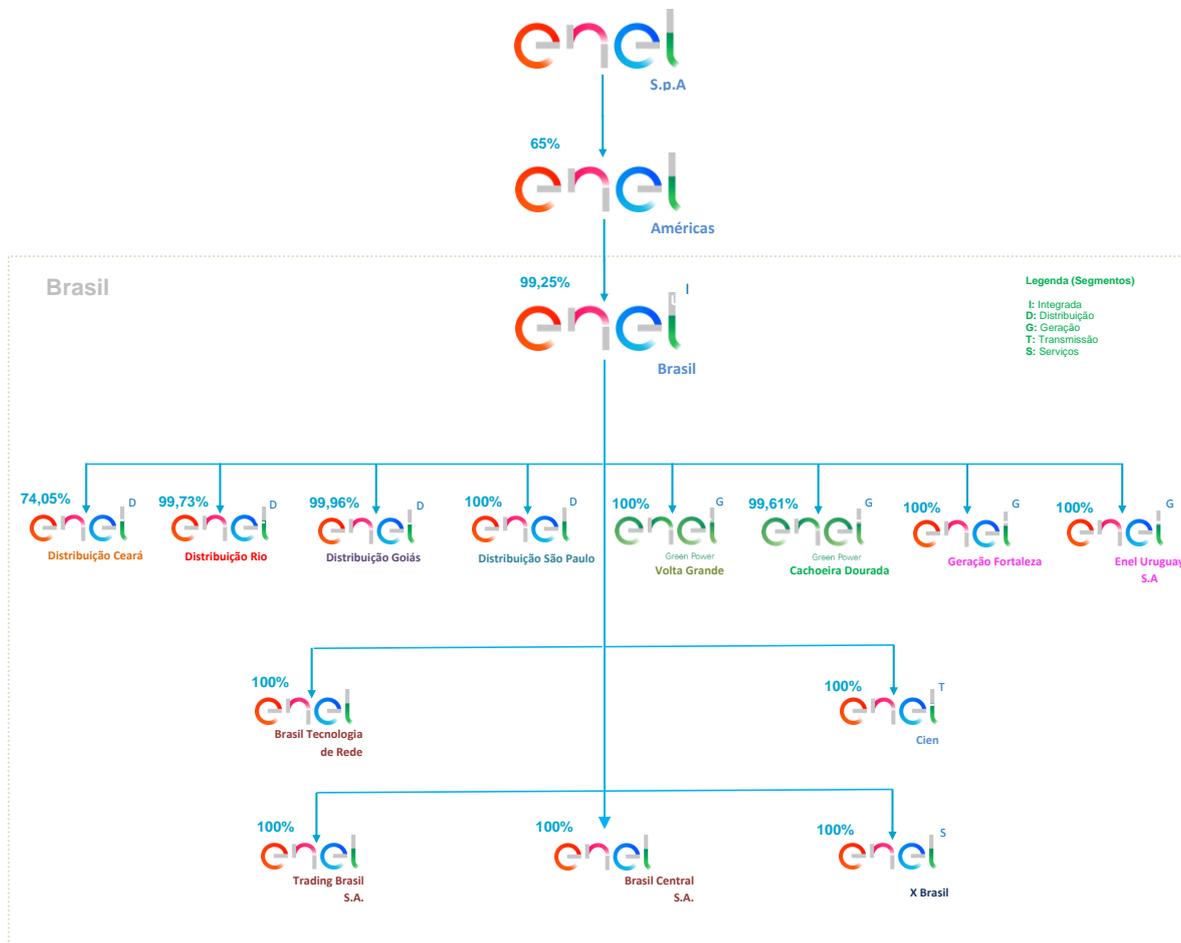


* Dados prévios referente ao 1T21

Comentário do Desempenho



Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado Posição em 31 de março de 2021



ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 31/03/2021)

	ON (1)	%	TOTAL	%
Controladores	282.965.232	99,96%	282.965.232	99,96%
Enel Brasil S/A	282.965.232	99,96%	282.965.232	99,96%
Não Controladores	102.022	0,04%	102.022	0,04%
Minoritários	102.022	0,04%	102.022	0,04%
Totais	283.067.254	100,00%	283.067.254	100,00%

(1) As ações ordinárias possuem *Tag Along* de 80%

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Mercado Cativo	3.140.396	3.010.053	4,3%	3.113.296	0,9%
Residencial - Convencional	2.461.398	2.387.257	3,1%	2.409.788	2,1%
Residencial - Baixa Renda	237.612	193.218	23,0%	265.626	-10,5%
Industrial	8.556	8.649	-1,1%	8.616	-0,7%
Comercial	206.758	205.759	0,5%	205.728	0,5%
Rural	203.794	193.220	5,5%	201.315	1,2%
Setor Público	22.278	21.950	1,5%	22.223	0,2%
Clientes Livres	528	346	52,6%	457	15,5%
Industrial	291	223	30,5%	265	9,8%
Comercial	233	121	92,6%	189	23,3%
Rural	3	1	>100,0%	2	50,0%
Setor Público	1	1	-	1	-
Revenda	7	7	-	7	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	3.140.931	3.010.406	4,3%	3.113.760	0,9%
Consumo Próprio	542	519	4,4%	531	2,1%
Consumidores Ativos Não Faturados	87.633	121.602	-27,9%	92.734	-5,5%
Total - Número de Consumidores	3.229.106	3.132.527	3,1%	3.207.025	0,7%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

A companhia encerrou o 1T21 com um aumento de 4,3% no número de clientes efetivos faturados em relação ao 1T20, justificado pelo aumento de clientes nas classes residencial baixa renda e rural. No 1T21, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 100,8 milhões.

Venda de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Mercado Cativo	2.645	2.654	-0,3%	3.036	-12,9%
Clientes Livres	873	791	10,4%	885	-1,4%
Revenda	1	-	-	2	-50,0%
Total - Venda e Transporte de Energia	3.519	3.445	2,1%	3.923	-10,3%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Residencial - Convencional	1.262	1.214	4,0%	1.387	-9,0%
Residencial - Baixa Renda	114	76	50,0%	120	-5,0%
Industrial	118	161	-26,7%	159	-25,8%
Comercial	474	541	-12,4%	538	-11,9%
Rural	336	300	12,0%	449	-25,2%
Setor Público	341	362	-5,8%	383	-11,0%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.645	2.654	-0,3%	3.036	-12,9%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

O volume de venda de energia no mercado cativo no 1T21 apresentou uma redução de 0,3% em relação ao 1T20, justificado pelas quedas de 26,7%, 12,4% e 5,8% nas classes industrial, comercial e rural, respectivamente. Essas reduções foram parcialmente compensadas pelo aumento nas classes residencial convencional, residencial baixa renda e rural.

Comentário do Desempenho



Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Industrial	783	722	8,4%	799	-2,0%
Comercial	89	69	29,0%	85	4,7%
Rural	1	-	-	1	-
Setor Público	-	1	-100,0%	-	-
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	873	791	10,4%	885	-1,4%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Industrial	2.690	3.238	-16,9%	3.015	-10,8%
Comercial	381	570	-33,2%	450	-15,3%
Rural	481	-	-	500	-3,8%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	1.653	2.286	-27,7%	1.937	-14,7%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

No 1T21, a expansão de 10,4% no volume de energia distribuída ao mercado livre foi decorrente, principalmente, da migração de clientes oriundos do ACR (Ambiente de Contratação Regulado – o mercado cativo). Em relação ao volume per capita que apresentou uma redução de 27,7% no trimestre é atribuída, principalmente, ao menor padrão de consumo dos novos clientes vindos do ACR, agravados pelos efeitos da pandemia do COVID-19 na classe comercial.

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Itaipu	616	618	-0,3%	629	-2,1%
Angra 1 e 2	117	116	0,9%	117	-
PROINFA	57	60	-5,0%	73	-21,9%
Leilões e Quotas	2.724	2.663	2,3%	2.981	-8,6%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.516	3.458	1,7%	3.800	-7,5%
Liquidação na CCEE	(347)	(283)	22,6%	(377)	-8,0%
Total - Compra de Energia	3.168	3.175	-0,2%	3.423	-7,4%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

Balanço de Energia

BALANÇO DE ENERGIA*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Energia requerida (GWh)	4.022	3.933	2,3%	4.324	-7,0%
Energia distribuída (GWh)	3.522	3.449	2,1%	3.926	-10,3%
Residencial - Convencional	1.262	1.214	4,0%	1.387	-9,0%
Residencial - Baixa Renda	114	76	50,0%	120	-5,0%
Industrial	118	161	-26,7%	159	-25,8%
Comercial	474	541	-12,4%	538	-11,9%
Rural	336	300	12,0%	449	-25,2%
Setor Público	341	362	-5,8%	383	-11,0%
Clientes Livres	873	792	10,2%	885	-1,4%
Revenda	1	-	-	2	-50,0%
Consumo Próprio	3	3	-	3	-
Perdas na Distribuição - Sistema Celg (GWh)	500	484	3,3%	398	25,6%
Perdas na Distribuição - Sistema Celg (%)	12,43%	12,31%	0,12 p.p	9,20%	3,23 p.p

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

Comentário do Desempenho



Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
DEC 12 meses (horas)*	17,31	19,78	-12,5%	17,03	1,6%
FEC 12 meses (vezes)*	9,82	10,14	-3,2%	9,61	2,2%
Perdas de Energia 12 meses (%)*	11,52%	12,31%	-0,79 p.p	11,39%	0,13 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	98,41%	98,76%	-0,35 p.p	98,27%	0,14 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	244	269	-9,1%	279	-12,5%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	224	244	-8,3%	228	-1,8%
PMSO (2)/Consumidor	81,46	101,48	-19,7%	59,53	36,8%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	14.417	12.827	12,4%	14.063	2,5%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

(2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

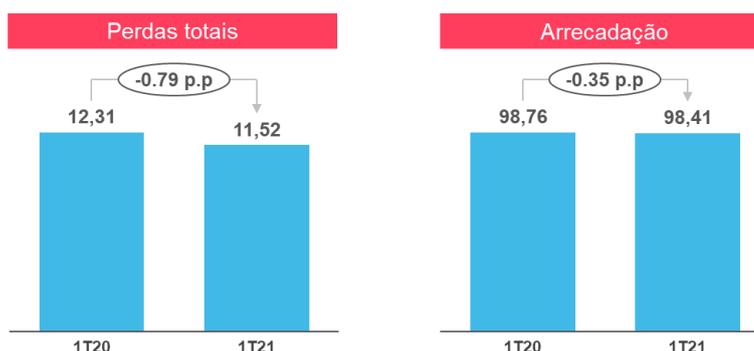
Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC* (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC* (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. O DEC apresentou uma redução de 12,5% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior, enquanto o FEC apresentou uma redução de 3,2%, sobretudo pelo maior volume de manutenções realizado no período, em relação ao primeiro trimestre do ano anterior.

A Companhia investiu no 1T21 R\$ 40,7 milhões em adequação à carga, e R\$ 76,4 milhões em qualidade do sistema elétrico visando a melhoria da confiabilidade do sistema, alinhado com o compromisso de evolução de seus indicadores de qualidade operacional.

Disciplina de Mercado



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 11,52%* no 1T21, redução de 0,79 p.p. em relação às perdas registradas em 1T20, de 12,31%. Essa variação é decorrente de maiores investimentos em ações de combate a perdas, com maior recuperação de energia. No 1T21, foram investidos R\$ 8,9 milhões no combate às perdas, contra R\$ 6,0 milhões em 1T20.

Em relação ao indicador de arrecadação, houve uma redução de 0,35 pontos percentuais. Vale destacar, que estava vigente, até 31 de julho de 2020, a Resolução

Normativa 878/20 da ANEEL, que determinava a suspensão de cortes de energia, medida mais efetiva no combate a inadimplência, para a classe residencial e atividades essenciais. Os cortes foram retomados gradualmente nos trimestres posteriores.

De forma a mitigar os efeitos mencionados e melhorar seu índice de arrecadação, a Companhia tem realizado diversas ações para reduzir os níveis de inadimplência. Para tal, foram realizadas ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para liquidação de valores em aberto.

* Dados prévios referente ao 1T21

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Receita Operacional Bruta	3.033.289	2.478.080	22,4%	3.248.371	-6,6%
Deduções à Receita Operacional	(1.064.396)	(947.882)	12,3%	(1.078.913)	-1,3%
Receita Operacional Líquida	1.968.893	1.530.198	28,7%	2.169.458	-9,2%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(1.872.261)	(1.528.548)	22,5%	(1.928.264)	-2,9%
EBITDA(2)*	199.234	88.917	>100,0%	327.593	-39,2%
Margem EBITDA*	10,12%	5,81%	4,31 p.p	15,10%	-4,98 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	12,24%	6,79%	5,45 p.p	19,06%	-6,82 p.p
EBIT(3)*	96.632	1.650	>100,0%	241.194	-59,9%
Margem EBIT*	4,91%	0,11%	4,80 p.p	11,12%	-6,21 p.p
Resultado Financeiro	(59.061)	(69.635)	-15,2%	(48.776)	21,1%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(14.312)	21.956	<-100,0%	(74.138)	-80,7%
Lucro Líquido	23.259	(46.029)	<-100,0%	118.280	-80,3%
Margem Líquida	1,18%	-3,01%	4,19 p.p	5,45%	-4,27 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	1,43%	-3,51%	4,94 p.p	6,88%	-5,45 p.p
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	0,08	(0,18)	<-100,0%	0,46	-82,3%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

(2) EBITDA: Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, (3) EBIT: Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Fornecimento de Energia Elétrica	2.147.760	1.956.628	9,8%	2.236.629	-4,0%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(22.771)	(16.571)	37,4%	(1.045)	>100,0%
Subvenção baixa renda	17.153	10.228	67,7%	17.758	-3,4%
Subvenção de recursos da CDE	74.303	65.306	13,8%	87.821	-15,4%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.216.445	2.015.591	10,0%	2.341.163	-5,3%
Ativos e passivos financeiros setoriais	290.660	82.026	>100,0%	289.448	0,4%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	148.698	110.661	34,4%	132.434	12,3%
Receita de construção	340.846	220.587	54,5%	450.482	-24,3%
Venda de Energia Excedente - MVE	-	21.491	-100,0%	-	-
Outras receitas	36.640	27.724	32,2%	34.844	5,2%
Total - Receita Operacional Bruta	3.033.289	2.478.080	22,4%	3.248.371	-6,6%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Goiás apresentou um aumento de 22,4% no 1T21 em relação ao 1T20. Excluindo o efeito da receita de construção, cuja variação decorre sobretudo do maior volume investido no período, a receita operacional bruta da Companhia no 1T21 alcançou o montante de R\$ 2.692,4 milhões, um aumento de R\$ 435,0 milhões em relação ao 1T20, cujo montante foi de R\$ 2.257,5 milhões. Esta variação é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Aumento de 9,8% na receita pelo fornecimento de energia elétrica (R\$ 191,1 milhões) como resultado do reajuste tarifário médio de 4,28% vigente a partir de 22 de outubro de 2020 e do maior volume de energia distribuída no período;
- Aumento em R\$ 6,9 milhões na subvenção baixa renda em razão, principalmente, do auxílio promovido pela Medida Provisória 950;
- Aumento de R\$ 208,6 milhões em ativos e passivos financeiros setoriais, decorrentes da maior constituição de ativos regulatórios entre os períodos; e
- Aumento na receita de uso de rede elétrica por consumidores livres e revenda, de R\$ 38,0 milhões, reflexo da migração de clientes ao Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Redução de R\$ 21,5 milhões na receita oriunda do Mecanismo de Venda de Energia Excedente (MVE), o qual permite a comercialização de excedente de contratação de energia elétrica, em razão, da Companhia, não ter aderido ao mecanismo no 1T21.

Comentário do Desempenho



Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
ICMS	(554.565)	(535.870)	3,5%	(613.384)	-9,6%
COFINS - corrente	(182.797)	(174.744)	4,6%	(215.006)	-15,0%
PIS - corrente	(39.686)	(37.938)	4,6%	(46.679)	-15,0%
ISS	(40.139)	(736)	>100,0%	(828)	>100,0%
Total - Tributos	(817.187)	(749.288)	9,1%	(875.897)	-6,7%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(16.299)	(13.077)	24,6%	(16.985)	-4,0%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(228.332)	(183.704)	24,3%	(184.137)	24,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.578)	(1.813)	42,2%	(1.894)	36,1%
Total - Encargos Setoriais	(247.209)	(198.594)	24,5%	(203.016)	21,8%
Total - Deduções da Receita	(1.064.396)	(947.882)	12,3%	(1.078.913)	-1,3%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

As deduções da receita no 1T21 apresentaram um aumento de R\$ 116,5 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Isto se deve, principalmente, às seguintes variações:

- Aumento de 24,5% (R\$ 48,6 milhões) nos encargos setoriais, em razão, principalmente, do aumento da taxa de uso da quota CDE.
- Aumento de 9,1% (R\$ 67,9 milhões) no total de tributos, reflexo do aumento de 22,4% na receita operacional bruta no trimestre.

Custos e Despesas Operacionais

No segmento de distribuição de energia, de acordo com a ANEEL, a estrutura de custos e despesas operacionais é dividida entre (i) Parcela A (os custos não gerenciáveis pela distribuidora) e (ii) Parcela B (que representam os custos gerenciáveis pela distribuidora).

Na Parcela A, ou custos não-gerenciáveis, estão inclusos os custos de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição e sua depreciação.

A seguir, estão demonstrados os Custos e Despesas Operacionais da Companhia, segregados entre gerenciáveis e não-gerenciáveis.

Comentário do Desempenho

**CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)**

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia elétrica comprada para revenda	(875.240)	(750.555)	16,6%	(945.625)	-7,4%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(179.379)	(128.002)	40,1%	(182.792)	-1,9%
Encargo do Serviço do Sistema	(99.099)	(1.164)	>100,0%	(80.590)	23,0%
Total - Não gerenciáveis	(1.153.718)	(879.721)	31,1%	(1.209.007)	-4,6%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(38.052)	(36.543)	4,1%	(25.793)	47,5%
Material e Serviços de Terceiros	(240.512)	(214.982)	11,9%	(144.727)	66,2%
Depreciação e Amortização	(102.602)	(87.267)	17,6%	(86.399)	18,8%
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	(31.253)	(40.500)	-22,8%	(17.444)	79,2%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	69.560	(22.813)	<-100,0%	3.476	>100,0%
Custo de Construção	(340.846)	(220.587)	54,5%	(450.482)	-24,3%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(25.787)	(14.858)	73,6%	14.086	<-100,0%
Perda de recebíveis de clientes	(10.285)	(8.619)	19,3%	(10.829)	-5,0%
Receita de multas por impontualidade de clientes	19.194	17.421	10,2%	25.978	-26,1%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(17.960)	(20.079)	-10,6%	(27.123)	-33,8%
Total - Gerenciáveis	(718.543)	(648.827)	10,7%	(719.257)	-0,1%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.872.261)	(1.528.548)	22,5%	(1.928.264)	-2,9%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

Os custos e despesas operacionais no 1T21 apresentaram uma redução de R\$ 343,7 milhões, ou 22,5% em relação ao 1T20. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia, no 1T21, alcançaram o montante de R\$ 1.531,4 milhões, 17,1% ou R\$ 223,5 milhões superior ao montante registrado no 1T20, de R\$ 1.308,0 milhões. Esta redução é resultado, principalmente, das seguintes variações:

Maiores custos e despesas não-gerenciáveis (Parcela A), em R\$ 274,0 milhões, no 1T21, explicado principalmente por:

- Aumento de R\$ 51,4 milhões na rubrica de Encargos do Uso do Sistema de Transmissão, decorrente, sobretudo, de maiores encargos do uso da rede básica, em função do reajuste tarifário dos custos de transmissão;
- Aumento na rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda no valor de R\$ 124,7 milhões; e
- Aumento no encargo de serviço do sistema (ESS), no montante de R\$ 97,9 milhões, por conta de maior encargo por restrições operativas.

Redução no grupo de custos gerenciáveis, no 1T21, de R\$ 50,5 milhões, excluindo-se o efeito do custo de construção no período. Essa variação é explicada, basicamente pelos seguintes fatores:

- Redução de R\$ 92,4 milhões na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em comparação com o 1T20, dada a melhor expectativa para recebimento de créditos vencidos com a intensificação do processo de cobrança no primeiro trimestre e medidas mais flexíveis relativas à suspensão dos cortes de energia por meio da REN 878/20, da ANEEL;
- Redução de R\$ 9,2 milhões na Provisão para Redução do Valor Recuperável – FUNAC (Fundo de Aporte à CELG-D, que garante o ressarcimento à Companhia de contingências), referente a casos relacionados ao período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado por alterações na legislação estadual. O reconhecimento inicial dessa provisão foi realizado no 4T19.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- Aumento de R\$ 25,5 milhões na rubrica de Material e Serviço de Terceiros em relação ao mesmo período do ano passado, decorrente da adequação de processos técnicos e comerciais visando à melhoria da qualidade de atendimento e do fornecimento de energia elétrica frente à pandemia;
- Aumento de R\$ 10,9 milhões na provisão para contingências jurídicas, em função, sobretudo de reversão de provisão registrada em 2019, decorrente de decisão favorável à Companhia;

EBITDA e Margem EBITDA

Comentário do Desempenho



O EBITDA da Enel Goiás no 1T21 atingiu o montante de R\$ 199,2 milhões, o que representa um aumento de R\$ 110,3 milhões em relação ao ano de 1T20. A margem EBITDA da Companhia no trimestre foi de 10,12%, um aumento de 4,31 p.p. em relação ao 1T20. A margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia no 1T21 foi de 12,24%, o que representa um aumento de 5,45 p.p. em relação ao 1T20.

LAJIDA (“EBITDA”) e LAJIR (“EBIT”)

A seguir demonstra-se a conciliação dos valores que compõem os cálculos do LAJIDA (“EBITDA”) e do LAJIR (“EBIT”), de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Lucro Líquido do Período	23.259	(46.029)	<-100,0%	118.280	-80,3%
(+) Tributo sobre o Lucro	14.312	(21.956)	<-100,0%	74.138	-80,7%
(+) Resultado Financeiro	59.061	69.635	-15,2%	48.776	21,1%
(=) EBIT	96.632	1.650	>100,0%	241.194	-59,9%
(+) Depreciações e Amortizações	102.602	87.267	17,6%	86.399	18,8%
(=) EBITDA	199.234	88.917	>100,0%	327.593	-39,2%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Receitas Financeiras					
Renda de aplicação financeira	866	1.706	-49,2%	2.246	-61,4%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	31.931	13.675	>100,0%	39.502	-19,2%
Variações monetárias	478	1.568	-69,5%	984	-51,4%
Marcação a mercado de ativo indenizável	4.988	1.324	>100,0%	(694)	<-100,0%
Variação cambial de dívidas	16	-	-	51	-68,6%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	44.080	356.116	-87,6%	(119.696)	<-100,0%
Variação monetária Parcela A e outros itens financeiros	2.879	8.875	-67,6%	2.678	7,5%
Outras receitas financeiras	1.015	637	59,3%	3.171	-68,0%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.728)	(822)	>100,0%	(2.246)	-23,1%
Total - Receitas Financeiras	84.525	383.079	-77,9%	(74.004)	<-100,0%
Despesas financeiras					
Variações monetárias de Dívidas	(4.285)	(3.591)	19,3%	(4.428)	-3,2%
Variações cambial de dívidas	(44.090)	(346.610)	-87,3%	119.693	<-100,0%
Encargos de Dívidas e mútuos	(28.707)	(29.115)	-1,4%	(30.155)	-4,8%
Encargos fundo de pensão	(5.358)	(3.590)	49,2%	(3.580)	49,7%
Encargos de repactuação Itaipu	(3.010)	(4.307)	-30,1%	(3.047)	-1,2%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(4.522)	(2.876)	57,2%	(2.654)	70,4%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhis	(14.316)	(7.407)	93,3%	(13.113)	9,2%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(15)	(14.785)	-99,9%	4.585	<-100,0%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(1.579)	(1.208)	30,7%	1.009	<-100,0%
Atualização financeira sem ressarcimento a terceiros	(24.832)	(26.074)	-4,8%	(20.585)	20,6%
Outras despesas financeiras	(12.872)	(13.151)	-2,1%	(22.497)	-42,8%
Total - Despesas Financeiras	(143.586)	(452.714)	-68,3%	25.228	<-100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(59.061)	(69.635)	-15,2%	(48.776)	21,1%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

O Resultado Financeiro líquido da Companhia encerrou o 1T21 com uma despesa de R\$ 59,1 milhões, menor em R\$ 10,6 milhões comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

Essa variação ocorre, principalmente, devido ao:

- (i) aumento de R\$ 18,3 milhões em receita com juros e atualizações monetárias sobre impontualidade de clientes;
- (ii) Aumento em R\$ 3,6 milhões referente a receita de marcação a mercado de ativo indenizável impactado por maior inflação entre os períodos.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho



Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- (i) aumento de R\$ 6,9 milhões com despesa de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, em função, sobretudo, do ingresso de novos contenciosos no período considerado.

Tributos (IR/CSLL) e Outros

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.120)	(6.878)	-69,2%	(44.182)	-95,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.192)	28.834	<-100,0%	(29.956)	-59,3%
Total	(14.312)	21.956	<-100,0%	(74.138)	-80,7%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

As despesas totais, líquidas, com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram um aumento de R\$ 36,3 milhões no 1T21 tendo em vista, principalmente, o reconhecimento de impostos diferidos no 1T20.

Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Companhia registrou no 1T21 um lucro líquido de R\$ 23,3 milhões, um aumento de R\$ 69,3 milhões em relação ao resultado negativo de R\$ 46,0 milhões registrado no 1T20.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Dívida bruta (R\$ mil)	3.635.915	2.595.500	40,1%	2.847.807	27,7%
Dívida com Terceiros	498.598	2.595.500	-80,8%	678.437	-26,5%
Dívida Intercompany	3.137.317	-	-	2.169.370	44,6%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	242.317	88.937	>100,0%	135.014	79,5%
Dívida líquida (R\$ mil)	3.393.598	2.506.563	35,4%	2.712.793	25,1%
Dívida Bruta / EBITDA Ajustado(2)*	3,83	3,12	22,6%	3,07	24,8%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado(2)*	3,57	3,02	18,5%	2,92	22,3%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,38	0,33	14,3%	0,32	17,0%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,36	0,32	12,0%	0,31	15,8%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

(2) EBITDA Ajustado: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisão para crédito de liquidação duvidosa + Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas + Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC (acumulado nos últimos 12 meses)

A dívida bruta da Companhia encerrou o 1T21 em R\$ 3.636 milhões, um incremento de R\$ 1.040 milhões em relação ao 1T19. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente (i) à novas captações, no valor de R\$ 3.244 milhões; parcialmente compensada pelas (ii) amortizações contratuais das operações da Companhia, no montante de R\$ 2.203. Dos R\$ 3.244 milhões captados, R\$ 150 milhões refere-se a operação bancária na modalidade de 4131 e R\$ 3.094 milhões a mútuos realizados junto a sua controladora Enel Brasil com o objetivo de refinanciar dívidas e financiar capital de giro e investimentos. Em relação às amortizações, destacam-se as liquidações das operações de 4131 junto ao Citibank, Scotiabank e BNP nos montantes de R\$ 550 milhões, R\$ 200 milhões e R\$ 353 milhões, respectivamente, assim como a liquidação da 3ª emissão de notas promissórias no valor R\$ 870 milhões.

A Companhia encerrou o 1T21 com o custo médio da dívida no período de 4,22% a.a., ou CDI + 2,15% a.a.

Colchão de Liquidez¹

¹ - Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho



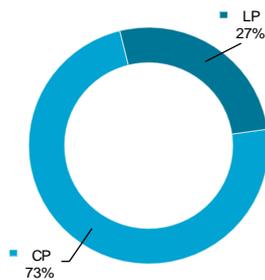
Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de março de 2021, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuos com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos despachos N° 2.979/2018, N° 307/2019 e N° 1.923, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 2.500 bilhões.

Devido aos efeitos no caixa da Companhia provocados pela pandemia do Covid-19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2021 e constatou-se a necessidade de recurso adicional para a realização de investimentos e cobertura de capital de giro, a ANEEL aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.800 bilhão, através do despacho N° 475 de 22 de fevereiro de 2021, o qual passou a R\$ 4.300 bilhões.

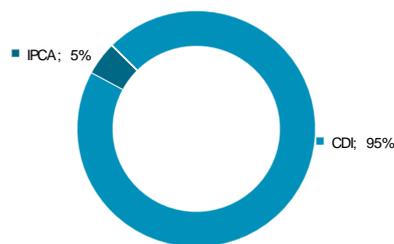
Classificação de Riscos (Rating)

Em 14 de setembro de 2020, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

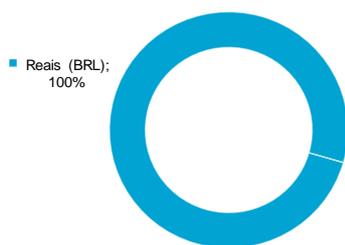
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em Mar/21



Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em Mar/21



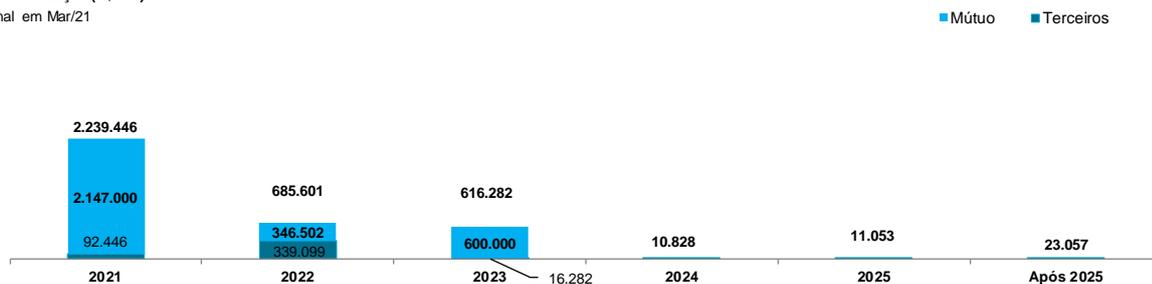
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em Mar/21



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em Mar/21



Curva de Amortização (R\$ Mil)
Posição Final em Mar/21



Investimentos

Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Novas Conexões	100.824	60.988	65,3%	124.980	-19,3%
Rede	126.027	92.231	36,6%	204.531	-38,4%
Combate às Perdas	8.925	5.955	49,9%	18.465	-51,7%
Qualidade do Sistema Elétrico	76.440	43.464	75,9%	104.702	-27,0%
Adequação à carga	40.662	42.812	-5,0%	81.364	-50,0%
Outros	42.729	37.134	15,1%	69.642	-38,6%
Total Investido (2)	269.580	190.353	41,6%	399.153	-32,5%
Aportes / Subsídios	-	(6.147)	-100,0%	(1.291)	-100,0%
Investimento Líquido	269.580	184.206	46,3%	397.862	-32,2%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

(2) Valores não consideram custo de capitalização de juros sobre obras em andamento (JOA)

No 1T21, a companhia investiu R\$ 269,6 milhões, um aumento de R\$ 79,2 milhões em comparação ao mesmo período do ano passado, explicado principalmente pela expansão, por meio de novas conexões, e em atividades de combate a perdas e adequação de infraestrutura.

OUTROS TEMAS RELEVANTES

Bandeira Tarifária

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 13,43/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 41,69/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 62,43/MWh

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública nº 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento.

Em função da pandemia, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020. Desta forma, de junho a dezembro, não existiu definição de PLD gatilho pela CCEE para as bandeiras tarifárias.

Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de jan21 a mar21.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2019 e 2020, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

Comentário do Desempenho



2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Amarela	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Vermelha 2
PLD gatilho - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68							

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Amarela	Amarela	Amarela									
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36									

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R\$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R\$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o reajuste tarifário para Enel Distribuição Goiás, que entrou em vigor a partir de 22 de outubro de 2020. O reajuste médio percebido pelo consumidor foi de 4,28%, sendo de 3,36% para os consumidores de baixa tensão, em sua maioria residencial. Consumidores de média e alta tensão, em geral indústrias e comércios de grande porte, tiveram aumento médio de 6,63%. O reajuste que foi homologado por meio da resolução homologatória nº 2.791 e vigorará de 22 de outubro de 2020 a 21 de outubro de 2021.

Conta-Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Em 22 de julho de 2020, foram assinados os contratos entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e 16 instituições financeiras para formalizar e viabilizar os empréstimos para as distribuidoras de energia elétrica.

Em 31 de julho de 2020, iniciou-se, por meio do Despacho ANEEL nº 2.177, o recebimento pelas concessionárias dos recursos da conta-Covid. A Enel Goiás recebeu um total de R\$ 380 milhões ao longo dos meses de julho a dezembro de 2020.

Em 19 de agosto de 2020, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição.

Comentário do Desempenho



Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também vai discutir a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica.

Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntária, porém sem levar em consideração às ações de máximo esforço que a ENEL Goiás tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão entramos com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.924, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.

Notas Explicativas

Informações financeiras intermediárias em 31 de março de 2021

CELG Distribuição S.A. – CELG D

Enel Distribuição Goiás

CNPJ: 01.543.032/0001-04

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. - CELG D

Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras intermediárias.....	1
Balancos patrimoniais.....	2
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	8
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	9

Notas Explicativas**CELG Distribuição S.A. - CELG D****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo circulante	Notas	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	242.290	133.598
Títulos e valores mobiliários		27	1.416
Consumidores e outras contas a receber	6	1.721.257	1.671.211
Subvenção CDE - desconto tarifário	9	60.979	43.139
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	10	112.389	72.441
Outros tributos compensáveis	10	679.195	117.304
Serviço em curso		143.912	146.134
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	48	20.699
Créditos especiais - Funac	11	57.306	34.992
Outros ativos		409.643	164.308
Total do ativo circulante		3.427.046	2.405.242
Ativo não circulante			
Consumidores e outras contas a receber	6	107.652	111.889
Ativos financeiros setoriais	8	177.053	143.929
Depósitos vinculados a litígios	23	186.335	183.069
Outros tributos compensáveis	10	2.034.121	187.723
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	75.397	54.266
Tributos diferidos	29	987.711	997.922
Outros ativos		7.308	5.893
Créditos especiais - Funac	11	973.848	938.518
Ativo indenizável (concessão)	12	237.809	225.003
Imobilizado	13	65.025	68.695
Intangível	14	6.478.839	6.442.836
Ativo de contrato	15	1.730.117	1.526.778
Total do ativo não circulante		13.061.215	10.886.521
Total dos ativos		16.488.261	13.291.763

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**CELG Distribuição S.A. - CELG D****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>Passivo circulante</u>	Notas	31.03.2021	31.12.2020
Fornecedores e outras contas a pagar	16	1.502.150	1.381.668
Empréstimos e financiamentos	17	2.667.132	2.471.135
Obrigações com arrendamentos	18	3.330	5.974
Salários, provisões e encargos sociais		52.914	46.979
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	-	12.930
Outras obrigações fiscais	19	164.870	202.603
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	565.244	-
Passivos financeiros setoriais	8	81.175	289.519
Encargos setoriais	21	162.636	183.285
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	-	113
Outros passivos		170.318	154.665
Total do passivo circulante		5.369.769	4.748.871
<u>Passivo não circulante</u>			
Fornecedores e outras contas a pagar	16	493.105	522.110
Empréstimos e financiamentos	17	1.044.228	451.525
Obrigações com arrendamentos	18	768	961
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	1.844.953	-
Obrigações com benefícios pós-emprego	24	276.883	271.939
Provisões para processos judiciais e outros riscos	23	1.246.487	1.135.622
Encargos setoriais	21	151.755	117.539
Outros passivos		43.318	45.613
Total do passivo não circulante		5.101.497	2.545.309
<u>Patrimônio líquido</u>	25		
Capital social		5.664.952	5.075.679
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	589.273
Reservas de capital		3.507.653	3.507.653
Ajuste de avaliação patrimonial - reserva de reavaliação		56.578	63.049
Outros resultados abrangentes		(2.676)	1.171
Prejuízos acumulados		(3.209.512)	(3.239.242)
Total do patrimônio líquido		6.016.995	5.997.583
Total dos passivos		16.488.261	13.291.763

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**CELG Distribuição S.A. - CELG D****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ações)

	Nota	31.03.2021	31.03.2020
Receita operacional líquida	26	1.968.893	1.530.198
Custo do serviço	27	(1.864.329)	(1.408.151)
Lucro operacional bruto		104.564	122.047
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	27	59.275	(31.553)
Despesas gerais e administrativas	27	(83.717)	(106.265)
Outras receitas operacionais	27	16.510	17.421
Total de despesas operacionais		(7.932)	(120.397)
Resultado antes da apuração do resultado financeiro		96.632	1.650
Resultado financeiro	28	(59.061)	(69.635)
Receita financeira		84.525	383.079
Despesa financeira		(143.586)	(452.714)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		37.571	(67.985)
Imposto de renda e contribuição social correntes	29	(2.120)	(6.878)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	(12.192)	28.834
Lucro líquido (prejuízo) do período		23.259	(46.029)
Lucro líquido (prejuízo) básico/diluído por ação (em reais por ação)	25	0,08217	(0,18030)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**CELG Distribuição S.A. - CELG D****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2021	31.03.2020
Lucro líquido (prejuízo) do período	23.259	(46.029)
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(5.828)	22.430
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	1.981	(7.626)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	(3.847)	14.804
	19.412	(31.225)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**CELG Distribuição S.A. - CELG D****DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.075.679	-	3.507.653	81.922	(3.349.950)	(2.799)	5.312.505
Prejuízo do período	-	-	-	-	(46.029)	-	(46.029)
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	22.430	22.430
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - Swap	-	-	-	-	-	(7.626)	(7.626)
Reserva de reavaliação líquida de impostos	-	-	-	(4.909)	4.909	-	-
Saldo em 31 de março de 2020	5.075.679	-	3.507.653	77.013	(3.391.070)	12.005	5.281.280
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.075.679	589.273	3.507.653	63.049	(3.239.242)	1.171	5.997.583
Lucro líquido do período	-	-	-	-	23.259	-	23.259
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(589.273)	-	-	-	-	(589.273)
Integralização de capital	589.273	-	-	-	-	-	589.273
Perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	(5.828)	(5.828)
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - Swap	-	-	-	-	-	1.981	1.981
Reserva de reavaliação líquida de impostos	-	-	-	(6.471)	6.471	-	-
Saldo em 31 de março de 2021	5.664.952	-	3.507.653	56.578	(3.209.512)	(2.676)	6.016.995

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. - CELG D

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2021	31.03.2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período	23.259	(46.029)
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(59.275)	31.432
Depreciação e amortização	102.602	87.267
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	31.253	40.500
Juros, variações monetárias e cambiais	94.137	387.410
Instrumentos financeiros derivativos - juros e variação cambial	(44.065)	(341.331)
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.643	(5.999)
Marcação a mercado do ativo indenizável	(4.988)	(1.324)
Valor residual de intangível e imobilizado	5	21
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.192	(28.834)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	32.422	14.858
Obrigações com benefícios pós-emprego	5.748	3.919
	194.933	141.890
Redução (aumento) dos ativos		
Consumidores e outras contas a receber	13.465	23.011
Subvenção CDE- desconto tarifário	(17.840)	(21.732)
Ativos financeiros setoriais	(30.245)	23.166
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(39.948)	(1.076)
Outros tributos compensáveis	(2.408.289)	(5.552)
Depósitos vinculados a litígios	(2.788)	(2.862)
Serviço em curso	2.222	15.375
Créditos especiais - FUNAC	300	278
Outros ativos	(246.748)	(18.110)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores e outras contas a pagar	91.477	(197.034)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.410.197	-
Salários, provisões e encargos sociais	5.935	21.420
Imposto de renda e contribuição social a pagar	36.235	954
Outras obrigações fiscais	(37.733)	(13.018)
Encargos setoriais	11.988	(26.034)
Passivos financeiros setoriais	(212.866)	(69.306)
Outros passivos	13.357	(9.656)
	(216.348)	(138.286)
Pagamentos de obrigações com benefícios pós-emprego	(804)	(9.548)
Pagamento das provisões para processos judiciais e outros riscos	(25.070)	(42.915)
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(11.054)	(16.587)
Pagamento de juros de arrendamentos	(77)	(336)
Pagamento de juros de instrumentos financeiros derivativos	448	(6.360)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(49.165)	(5.924)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(302.070)	(219.956)
Atividades de investimentos		
Adições de ativo de contrato e imobilizado	(346.097)	(251.229)
Títulos e valores mobiliários	1.389	(175)
Caixa líquido consumido pelas atividades investimentos	(344.708)	(251.404)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	950.196	222.352
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(229.084)	(97.891)
Pagamentos de arrendamentos (principal)	(2.838)	(2.945)
Recebimentos de instrumentos financeiros derivativos (principal)	37.196	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	755.470	121.516
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa da Companhia	108.692	(349.844)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	133.598	438.781
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	242.290	88.937

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. - CELG D

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2021	31.03.2020
Receitas		
Fornecimento de energia elétrica	2.692.443	2.257.493
Receita relativa à construção de ativos próprios	340.846	220.587
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	59.275	(31.432)
Outras receitas	16.510	17.421
Total de receitas	3.109.074	2.464.069
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo da energia comprada e transmissão	(1.271.380)	(966.798)
Materiais	(109.135)	(99.526)
Serviços de terceiros	(451.471)	(317.445)
Outras despesas operacionais	(73.540)	(76.302)
- Provisões para processos judiciais e outros riscos	(25.787)	(14.858)
- Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	(31.253)	(40.500)
- Outras (exceto aluguéis e tributos)	(16.500)	(20.944)
Total de insumos adquiridos de terceiros	(1.905.526)	(1.460.071)
(=) Valor adicionado bruto	1.203.548	1.003.998
(-) Depreciação e amortização	(102.602)	(87.267)
(=) Valor adicionado líquido produzido	1.100.946	916.731
(+) Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	86.254	383.901
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.187.200	1.300.632
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:	1.187.200	1.300.632
Empregados (colaboradores)		
Remunerações	46.485	35.003
FGTS	1.478	1.369
Previdência privada	2.067	2.514
Auxílio - alimentação	5.300	5.273
Convênio assistencial e outros benefícios	2.662	8.184
Outros encargos sociais	3.498	4.561
Participação nos resultados	3.489	3.959
	64.979	60.863
Tributos (Governo)		
Federais	103.853	94.152
Imposto de renda e contribuição social	14.312	(21.956)
PIS	12.145	18.969
COFINS	69.210	87.553
INSS	8.186	9.586
Estaduais	554.565	535.875
ICMS	554.565	535.870
Outros	-	5
Municipais	43.269	3.525
ISS	40.139	736
IPTU	3.086	2.548
Outros	44	241
Encargos setoriais	247.209	198.594
CDE - Conta de desenvolvimento energético	228.332	183.704
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	16.299	13.077
Taxa de fiscalização - ANEEL	2.578	1.813
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	36.002	37.236
Outras despesas financeiras	107.584	415.478
Aluguéis	6.480	938
	150.066	453.652
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos / (prejuízo do período)	23.259	(46.029)
	23.259	(46.029)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CELG Distribuição S.A. - CELG D (“Companhia” ou “Enel Distribuição Goiás”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália). É uma concessionária de serviço público de energia elétrica no seguimento de distribuição.

A Companhia está sediada na Rua 2, Número 505, Jardim Goiás, Goiânia – GO.

A Companhia tem como principal objeto social a exploração técnica e comercial de distribuição de energia no Estado de Goiás, assim como a realização de estudos, projetos, construção e operação de redes de distribuição de energia elétrica. A Companhia é

Conforme 5ª Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL de 25 de agosto de 2000, publicado em 30 de setembro de 2015, a Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de 7 de julho de 2015, abrangendo uma área de 237 municípios.

Ao término do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio do Poder Concedente, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados mediante auditoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

1.1. Fundo de Aporte à CELG D - FUNAC

Em 20 de janeiro de 2012 foi editada a Lei Estadual nº 17.555 com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento à CELG D de pagamentos de contingências administrativas e judiciais cujo fatos geradores ocorreram até a venda do controle acionário para a Eletrobras, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão entre as partes Eletrobras e Estado de Goiás, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC entre Celg D e Estado (por intermédio da Procuradoria Geral do Estado e Secretaria da Economia) e regulamentação definida pelo decreto estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. Os recursos do referido fundo dependiam de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebidos de ações ganhas pela Companhia a serem repassadas ao Fundo.

Conforme disposto do contrato de compra e venda da Companhia assinado entre CELG, Eletrobras e CELGPAR de 14 de fevereiro de 2017, o Estado de Goiás se comprometeu a indenizar os compradores da CELG D por quaisquer danos e prejuízos que possam ocorrer em decorrência de, entre outros motivos, “alteração, revogação ou edição de lei estadual ou decisão administrativa ou judicial referente a qualquer condição ou validade do FUNAC”. Desde então a Companhia mantém controlado separadamente os ativos creditórios vinculados as contingências de natureza provável com fatos geradores anteriores a data de mudança do controle conforme disposto no contrato de compra e venda da Companhia e como demonstrado na nota 11.

Em 06 de fevereiro de 2019 foi publicada a Lei 20.416, que alterou a Lei 17.555/12 (que instituiu o Fundo de Aporte à CELG Distribuição-FUNAC) e a Lei 19.473/16 (que instituiu a política estadual energética para manutenção, melhoria e ampliação da rede de distribuição de energia em Goiás) onde o Governo do Estado de Goiás suspendeu parte do ressarcimento à Companhia, ao retroagir o período de cobertura do FUNAC de 27 de janeiro de 2015 para 24 de abril de 2012.

Em 25 de abril de 2019, foi publicada a Lei 20.468 que revogou a Lei Estadual nº 19.473 de 03 de novembro de 2016 que concedia o direito da Companhia em apropriar crédito outorgado de ICMS para compensação das contingências administrativas e judiciais cujos fatos geradores tenham ocorrido até 27 de janeiro de 2015.

Como as alterações induzidas pelas referidas leis acima violam o edital de privatização e o contrato de compra e venda da CELG D, a Companhia ingressou imediatamente com medidas judiciais para invalidar os efeitos das leis anteriores em razão da inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, que eliminam direitos adquiridos por



Notas Explicativas CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

meio de outras leis e de um contrato de compra e venda que o próprio Estado de Goiás assinou garantindo, em qualquer caso, o direito ao reembolso das obrigações que tivessem que ser pagas pelos novos controladores e cujos fatos geradores sejam anteriores a 27 de janeiro de 2015.

Em 12 de junho de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás concedeu a liminar em favor da Companhia desconsiderando as alterações promovidas pela Lei Estadual 20.416/19, determinando, assim, o respeito ao contrato de compra e venda de ações e outras avenças da CELG Distribuição S/A – CELG D e garantindo o direito de serem ressarcidas dos passivos resultantes de decisões de autoridades administrativas para as quais não haja mais recurso, decisões judiciais transitadas em julgado e/ou acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente de fatos gerados conforme regulamentado anteriormente.

No dia 16 de setembro de 2019, foi indeferido o pedido liminar da Companhia, mantendo a revogação da Lei do Crédito de ICMS por entender que a questão é complexa e requer uma análise processual mais ampla, incompatível com uma análise preliminar no início do processo judicial. A Companhia apresentou recurso perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

No dia 01 de outubro de 2019, durante julgamento do recurso interposto pelo Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça revogou a liminar que havia desconsiderado as alterações promovidas pela Lei Estadual 20.416/19, a qual voltou a vigorar.

Contra a decisão que revogou a liminar, a Companhia interpôs recurso, o qual aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça, em Brasília.

Em 12 de novembro de 2019 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei 20.416/19, que alterou a Lei 17.555/12 (FUNAC), e também da Lei 20.468/19 que revogou a Lei Estadual nº 19.473/16 (créditos outorgados de ICMS).

Em 03 de junho de 2020, o Supremo Tribunal Federal não admitiu a ação de inconstitucionalidade apresentada pela ABRADEE, por entender que não caberia ação de inconstitucionalidade para discutir leis que alcançariam apenas uma empresa, uma vez que esse tipo de ação é destinada a um controle abstrato da constitucionalidade das leis e não para situações concretas e específicas. Todavia, não houve nenhuma manifestação sobre o mérito das leis, apenas aspectos processuais. No dia 24 de junho de 2020, a ABRADEE apresentou recurso, o qual ainda está aguardando julgamento pelo colegiado do Supremo Tribunal Federal. No dia 24 de junho de 2020, a ABRADEE apresentou recurso, o qual foi julgado em 22 de setembro de 2020 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, que manteve a decisão anterior proferida.

A Administração da Companhia conclui, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

O direito da Companhia, ademais, sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC.

Especificamente sobre o Crédito Outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia no processo judicial em andamento no Tribunal



Notas Explicativas CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADDEE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo.

Adicionalmente, a Administração da Companhia está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da compra da Companhia garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

1.2. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil adotam o trabalho remoto há alguns anos e conforme a pandemia por COVID-19 persiste, o trabalho remoto é intensificado. A Companhia decidiu estender o trabalho remoto até que a pandemia chegue ao fim.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo; apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19 serão mantidas.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março/2021 (REN 928/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos sejam honrados até Dez/21 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à COVID-19 por autoridades competentes locais:

- Fechamento das lojas: Exigido reforço nos canais de atendimento eletrônico e telefônico;
- Fechamento de postos de arrecadação: Impedido o corte e cobrança de juros de multas de unidades afetadas;



Notas Explicativas CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Impedimento de realização de leitura presencial: Definido pelo faturamento pela média, afastada devolução em dobro;
- Impossibilidade de envio da fatura impressa: Impedido o corte por inadimplência e permitido o envio por outras vias.

Tais medidas vigorarão até 30 de junho de 2021, podendo ser prorrogada ou antecipada conforme evolução do cenário de pandemia no Brasil.

CONTA-COVID

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A criação dessa conta tem como objetivo minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, protegendo a cadeia produtiva do setor elétrico através de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), referentes aos seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”, conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A CONTA-COVID foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia elétrica. Se não houvesse a proposta da CONTA-COVID, haveria um impacto para os consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses. Com a CONTA-COVID, esse impacto será diluído em um prazo total de 60 meses. A CONTA-COVID garante recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia produtiva do setor elétrico, ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

A CONTA-COVID é regulamentada pela Resolução Normativa nº 885 de 23 de junho de 2020 e os recursos da conta, foram originados, por meio de “empréstimo setorial”, contraído de um conjunto de bancos. A CCEE foi designada como gestora da conta, centralizando a contratação das operações de empréstimos e repassando os recursos para as distribuidoras. O credor responsável por contratar o agente fiduciário e garantidor de todo o recurso foi a CCEE, que foi responsável pelo repasse para as distribuidoras, seguindo o teto estabelecido para cada distribuidora. A ANEEL homologou mensalmente de julho a dezembro de 2020 o montante dos recursos a serem repassados.

Em 3 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da Conta-Covid, no valor total de R\$ 530.358, que foi integralmente recebido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Tal montante foi registrado como passivo financeiro setorial.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. No caso da Companhia, o encargo anual é do valor de R\$ 208.966, definido por meio do Despacho nº 939/2021. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/2020, até 05 de outubro de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas



Notas Explicativas CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 16 de dezembro, a ANEEL decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, cujas contribuições estão sob análise pela Agência. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também discutiu (i) a exposição contratual involuntária e (ii) os critérios para o reembolso dos custos administrativos e financeiros da CONTA-COVID.

Portanto, o reconhecimento do ativo financeiro setorial ainda depende de regulamentação por parte do órgão regulador, e, por este motivo, a Companhia não reconheceu o ativo financeiro setorial referente ao direito do reequilíbrio econômico da concessão em seu balanço e demonstração de resultado.

Perspectiva econômico-financeira

O fim da pandemia por COVID-19 é altamente dependente do avanço do programa de imunização de cada país, dessa forma, a Companhia entende que não é possível projetar o fim da pandemia. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação e apresentação

Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária” e incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da CELG Distribuição S.A. – CELG D para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (última demonstração contábil anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente essas, estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 30 de abril de 2021.

2.2 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.



Notas Explicativas CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de Goiás) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a entidade identificou um segmento reportável, cujo resultados operacionais são regularmente (a cada trimestre) avaliados pelo principal tomador de decisão operacional da entidade, ao decidir sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3. Principais mudanças nas políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações financeiras intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração financeira anual, exceto:

(a) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

O *International Accounting Standards Board* (IASB) previa a concessão do aluguel até junho de 2021, porém, devido ao agravamento da pandemia de Covid-19, decidiu-se prorrogar o prazo para junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

4. Reajuste tarifário anual

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 20 de outubro de 2020, deliberou sobre o reajuste tarifário de 2020 da Companhia, aplicada nas tarifas a partir de 22 de outubro de 2020. Foi aprovado um reajuste percebido pelo consumidor de 4,28% composto por (i) reajuste econômico de 12,62%, sendo 11,17% de Parcela A e +1,45% de Parcela B e (ii) componentes financeiros de -2,21%. Descontados os componentes financeiros considerados no último processo tarifário de -6,14%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +4,28%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2020	
Encargos Setoriais	2,06%
Energia Comprada	5,19%
Encargos de Transmissão	3,91%
Receita Irrecuperável	0,01%
Parcela A	11,17%
Parcela B	1,45%
Reajuste Econômico	12,62%
CVA Total	3,84%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-0,38%



Notas Explicativas CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reajuste Financeiro	-2,21%
Índice de Reajuste Total	10,41%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-6,14%
Efeito para o consumidor	4,28%

Dessa forma, as parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

(i) **Parcela A:** Reajustada em 15,8%, representando 11,17% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais – aumento de 13,0%, representando 2,06% no reajuste, em função principalmente da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (USO) que impactou o reajuste em 2,33%;
- Energia comprada – aumento de 11,3% decorrente principalmente da elevação dos contratos de energia nova no portfólio da empresa, principalmente dos contratos de energia por disponibilidade. As quotas de CCGF's, reajustadas nos termos da Resolução Homologatória nº 2.746/2020, também contribuíram para a elevação dos custos;
- Encargos de Transmissão – aumento de 45,6% decorrente principalmente do aumento da Receita Anual Permitida da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando 3,91% no reposicionamento econômico;
- Receitas Irrecuperáveis: aumento de 1,9% em relação à tarifa anterior, com impacto de 0,01% nas tarifas, decorrente da atualização da base de cálculo sobre a qual é apurada a cobertura das receitas irrecuperáveis;

(ii) **Parcela B:** aumento de 5,0%, representando uma participação de 1,45% no reajuste econômico, decorrente da variação acumulada do IPCA para o período de referência, de 3,14% e da aplicação do fator X.

(iii) **Fator X:** aplicado o valor de -1,43%, sendo composto por:

- Componente X-Pd ex post (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 0,75%.
- Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,34%.
- Componente X-T (trajetória de custos operacionais): de -1,84%.

(iv) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ -126.302, dentre os quais destaca-se:

- Itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA") em processamento – positivo de R\$ 219.698;
- Neutralidade – positiva de R\$ 11.475;
- Sobrecontratação/exposição de energia – positiva de R\$ 35.857;
- Previsão de risco hidrológico – positiva de R\$ 259.428;
- Compensação referente a acordos bilaterais de CCEAR – positivo de R\$ 79.297;
- Reversão do risco hidrológico – negativo de R\$ 282.431;
- Conta Covid – negativo de R\$ 448.231

O reajuste tarifário médio de 4,28% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo em média de 6,63% para a alta tensão e de 3,36% para a baixa tensão.



Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e contas correntes bancárias	64.368	49.079
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	177.922	84.519
CDB (aplicações diretas)	-	26.081
Fundos de investimento aberto	572	1.117
Fundos exclusivos *	15	1.416
Operações compromissadas	177.335	55.905
Total	242.290	133.598

* Fundo exclusivo das Empresas do Grupo Enel, na qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresentava 0,01% de representatividade sobre o total do mesmo em 31 de março de 2021 (0,61% em 31 de dezembro de 2020).

** Fundos de investimento aberto vinculado às aplicações automáticas dos saldos excedentes de caixa, o qual apresentam liquidez imediata.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado, pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Em 31 de março de 2021, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

6. Consumidores e outras contas a receber

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:



Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos		Total	PECLD	31.03.2021
		até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos			
Circulante						
Classes de consumidores:						
Residencial	250.872	172.112	114.917	537.901	(20.771)	517.130
Industrial	66.322	13.746	79.340	159.408	(54.113)	105.295
Comercial	93.102	40.991	76.234	210.327	(36.518)	173.809
Rural	37.479	27.116	38.069	102.664	(12.786)	89.878
Poder público	24.749	18.047	25.797	68.593	(4.293)	64.300
Iluminação pública	25.938	10.654	30.137	66.729	(1.155)	65.574
Serviço público	20.903	4.666	8.090	33.659	(1.053)	32.606
Suprimento	68	-	-	68	(2)	66
Fornecimento faturado	519.433	287.332	372.584	1.179.349	(130.691)	1.048.658
Receita não faturada	334.419	-	-	334.419	(2.427)	331.992
Parcelamento de débitos	194.913	45.933	182.139	422.985	(123.749)	299.236
Contas a receber com partes relacionadas (vide nota 22)	1.076	-	-	1.076	-	1.076
Aluguéis de poste	668	15.330	32.751	48.749	(13.689)	35.060
Outros contas a receber	5.235	-	-	5.235	-	5.235
Total circulante	1.055.744	348.595	587.474	1.991.813	(270.556)	1.721.257
Não circulante						
Parcelamento de débitos	120.518	-	-	120.518	(12.866)	107.652
Total não circulante	120.518	-	-	120.518	(12.866)	107.652
Total circulante + não circulante	1.176.262	348.595	587.474	2.112.331	(283.422)	1.828.909

	A vencer	Vencidos		Total	PECLD	31.12.2020
		até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos			
Circulante						
Classes de consumidores:						
Residencial	281.587	182.409	111.255	575.251	(26.015)	549.236
Industrial	66.980	15.583	81.192	163.755	(75.055)	88.700
Comercial	107.041	47.248	74.606	228.895	(57.655)	171.240
Rural	48.855	32.135	37.035	118.025	(22.793)	95.232
Poder público	22.889	13.004	25.592	61.485	(10.367)	51.118
Iluminação pública	31.231	12.272	28.068	71.571	(7.805)	63.766
Serviço público	24.024	4.782	6.407	35.213	(3.182)	32.031
Suprimento	404	-	-	404	(11)	393
Fornecimento faturado	583.011	307.433	364.155	1.254.599	(202.883)	1.051.716
Receita não faturada	302.042	-	-	302.042	(2.261)	299.781
Parcelamento de débitos	191.465	55.913	168.499	415.877	(122.480)	293.397
Contas a receber com partes relacionadas (vide nota 22)	1.076	-	-	1.076	-	1.076
Aluguéis de poste	8.303	5.040	20.240	33.583	(12.039)	21.544
Outros contas a receber	3.697	-	-	3.697	-	3.697
Total circulante	1.089.594	368.386	552.894	2.010.874	(339.663)	1.671.211
Não circulante						
Parcelamento de débitos	125.208	-	-	125.208	(13.319)	111.889
Total não circulante	125.208	-	-	125.208	(13.319)	111.889
Total circulante + não circulante	1.214.802	368.386	552.894	2.136.082	(352.982)	1.783.100



Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2020	(Provisões)/ reversões	Perda	Saldo final 31.03.2021
Consumidores e outras contas a receber	6	(352.982)	59.275	10.285	(283.422)
Créditos especiais - FUNAC	11	(4.153)	-	-	(4.153)
Outros ativos		(6.061)	-	-	(6.061)
		(363.196)	59.275	10.285	(293.636)
Circulante		(349.877)			(280.770)
Não circulante		(13.319)			(12.866)
		(363.196)			(293.636)

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2019	(Provisões)/ reversões	Perda	Saldo final 31.03.2020
Consumidores e outras contas a receber	6	(377.499)	(30.601)	8.619	(399.481)
Créditos especiais - FUNAC	11	(1.261)	(139)	-	(1.400)
Outros ativos		(6.977)	(692)	-	(7.669)
		(385.737)	(31.432)	8.619	(408.550)
Circulante		(372.732)			(396.388)
Não circulante		(13.005)			(12.162)
		(385.737)			(408.550)

A Companhia, desde o início de 2021, vem mantendo sua efetividade nas ações de cobrança e alcançou resultados significativos na reversão de dívidas. Foram realizadas campanhas de parcelamento com maior volume de parcelas e isenção de partes dos encargos, além da maior eficiência das operações de cobrança como o corte, que impulsionou a arrecadação no primeiro trimestre de 2021. Além disto, a Companhia revisou sua estimativa de perda considerando a perpetuidade, até o terceiro trimestre de 2021, desta melhor performance, haja visto o deliberado pela Resolução 928/21 da Aneel que, dentre outras, suspendeu a limitação do prazo limítrofe de 90 dias para a realização de cortes.

Notas Explicativas



CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do período, representando o diferimento e amortização.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros setoriais	31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Atualização monetária	31.03.2021	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
CVA	227.424	239.071	32.303	(43.000)	1.871	457.669	(69.477)	527.146	161.600	296.069
Aquisição de energia - (CVAenerg) (a)	121.470	103.307	44.576	(40.766)	2.196	230.783	(93.351)	324.134	48.735	182.048
Proinfra	(2.846)	6.768	2.053	-	(55)	5.920	(3.798)	9.718	461	5.459
Transporte rede básica	12.805	14.607	3.391	-	216	31.019	(7.759)	38.778	9.239	21.780
Transporte de energia - Itaipu	(208)	1.822	749	-	49	2.412	(1.553)	3.965	185	2.227
ESS (b)	88.978	68.390	(11.474)	(2.234)	(779)	142.881	24.735	118.146	76.526	66.355
CDE	7.225	44.177	(6.992)	-	244	44.654	12.249	32.405	26.454	18.200
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(373.014)	(52.308)	71.594	(4.549)	(3.514)	(361.791)	(149.883)	(211.908)	(242.775)	(119.016)
Neutralidade da parcela A	(65.619)	234	6.048	-	(182)	(59.519)	(12.098)	(47.421)	(32.885)	(26.634)
Sobrecontratação de energia	(41.468)	22.598	6.952	(4.549)	(4)	(16.471)	(13.907)	(2.564)	(15.031)	(1.440)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(38.213)	(11.526)	8.049	-	(417)	(42.107)	(16.096)	(26.011)	(27.498)	(14.609)
Risco hidrológico	(276.785)	(64.858)	70.608	-	(1.104)	(272.139)	(141.215)	(130.924)	(198.606)	(73.533)
Outros	49.071	1.244	(20.063)	-	(1.807)	28.445	33.433	(4.988)	31.245	(2.800)
Total ativo (passivo) financeiro setorial, líquido	(145.590)	186.763	103.897	(47.549)	(1.643)	95.878	(219.360)	315.238	(81.175)	177.053

- (a) O diferimento ativo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pela redução do risco hidrológico, devido a maior geração das usinas hidroelétricas no período, combinado com uma redução do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), compensado pelo aumento da taxa de câmbio de energia Itaipu, que no trimestre findo em 31 de março de 2021 foi de R\$ 5,66.

Notas Explicativas



CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) O diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema é devido ao maior despacho da geração fora da ordem de mérito em janeiro, ocasionado pelo pior cenário hidrológico e baixo nível de armazenamento.

Ativos e passivos regulatórios	31.12.2019	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2020	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
CVA	219.376	101.068	(66.004)	(33.552)	(2.394)	218.494	133.007	85.484	167.321	51.170
Aquisição de Energia - (CV/Aenerg)	377.386	90.772	(86.764)	(33.552)	(951)	346.891	171.380	175.508	246.720	100.168
Proinfra	9.036	(3.868)	(2.427)	-	(4)	2.737	7.191	(4.454)	2.737	-
Transporte Rede Básica	23.485	7.356	(839)	-	269	30.271	1.673	28.598	14.209	16.062
Transporte de Energia - Itaipu	7.977	1.468	(1.618)	-	29	7.856	3.375	4.481	5.339	2.517
ESS	(142.492)	(28.500)	29.235	-	(453)	(142.210)	(60.270)	(81.940)	(96.189)	(46.021)
CDE	(56.016)	33.840	(3.591)	-	(1.284)	(27.051)	9.658	(36.709)	(5.495)	(21.556)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais passivos regulatórios	(282.679)	(8.048)	55.010	-	6.059	(229.658)	(86.689)	(142.966)	(151.814)	(77.841)
Neutralidade da Parcela A	(73.981)	23.926	7.163	-	962	(41.930)	(21.489)	(20.441)	(32.461)	(9.469)
Sobrecontratação de Energia	(58.962)	27.234	11.668	-	(309)	(20.369)	(16.174)	(4.195)	(16.001)	(4.368)
Diferimento/ Devoluções Tarifárias	(37.453)	(9.515)	8.500	-	(255)	(38.723)	(16.999)	(23.303)	(26.709)	(13.593)
Risco hidrológico	(204.225)	(69.687)	44.754	-	(973)	(230.131)	(89.509)	(140.622)	(151.151)	(78.980)
Outros	91.942	19.994	(17.075)	-	6.634	101.495	57.482	45.595	74.508	28.569
Total ativo (passivo) regulatório, líquido	(63.303)	93.020	(10.994)	(33.552)	3.665	(11.164)	46.318	(57.482)	15.507	(26.671)



Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Subvenção CDE – desconto tarifário

Subvenção a ser repassada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), para compensação às distribuidoras, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), e são homologados pela ANEEL no processo tarifário anual da distribuidora.

	31.03.2021	31.12.2020
Subsídio baixa renda	11.673	11.940
Previsão ajuste CDE do ciclo corrente	7.276	10.571
CDE a receber - valor homologado do ciclo anterior	13.752	20.628
CDE a receber - previsão mensal	28.278	-
	60.979	43.139

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos a previsão de subsídio CDE (mensal) ciclo corrente, para instituição financeira na data da transação.

10. Tributos e contribuições sociais compensáveis

	31.03.2021	31.12.2020
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		
Imposto de renda	32.661	8.403
Contribuição social	13.529	4.531
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	66.199	59.507
Total de imposto de renda e contribuição social compensáveis	112.389	72.441

	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (a)	82.696	189.168	86.761	187.723
PIS e COFINS	30.472	-	29.760	-
PIS e COFINS (ICMS) (b)	565.244	1.844.953	-	-
Outros tributos	783	-	783	-
Total de tributos a compensar	679.195	2.034.121	117.304	187.723

- (a) Os valores de ICMS não circulante a compensar referem-se substancialmente aos créditos de faturamento no montante de R\$94.628 protocolados na Secretaria de Economia do Estado, aguardando autorização de compensação, e créditos de aquisição de bens do ativo permanente no montante de R\$ 94.540, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos. Com relação aos valores registrados no ativo circulante, o montante de R\$ 22.037 refere-se a créditos de faturamento, protocolados na Secretaria de Economia do Estado, o valor de R\$ 6.942 a serem protocolados, e o montante de R\$ 50.737 referente a 12 parcelas de créditos de CIAP.

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em relação aos créditos supracitados, o Estado de Goiás não é signatário do Convênio CONFAZ 030/2004, que permite às distribuidoras de energia se apropriar de créditos decorrentes de cancelamentos e refaturamentos de meses anteriores sem aguardar a anuência prévia do Estado, que tem 5 anos para homologá-los. Como consequência da não aplicação do Convênio 030/2004, a Companhia apresenta pedidos de restituição (Art. 486 do Regulamento do ICMS – Dec. 4.4852/1997) e aguarda autorização do Estado para uso dos créditos a que tem direito.

(b) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em março de 2021, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 565.244 no curto prazo e R\$ 1.844.953 no longo prazo em 31 de março de 2021.

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota 20).

11. Créditos especiais - FUNAC

	31.12.2020	Adições / (reversões)	Provisão para redução ao valor recuperável	31.03.2021
Fundo de aporte à CELG D - Funac	973.510	88.897	(31.253)	1.031.154
	973.510	88.897	(31.253)	1.031.154
Circulante	34.992			57.306
Não circulante	938.518			973.848

	31.12.2019	Adições / (reversões)	Provisão para redução ao valor recuperável	Transferência (depósitos judiciais)	PECLD	31.03.2020
Fundo de aporte à CELG D - Funac	957.369	57.718	(40.500)	(117)	(139)	974.331
	957.369	57.718	(40.500)	(117)	(139)	974.331
Circulante	12.246					8.677
Não circulante	945.123					965.654

Para maiores detalhes do Fundo de Aporte à CELG D - FUNAC, vide nota explicativa 1.1.

Os montantes relacionados a processos que ainda estão ativos no judiciário, são mantidos atualmente no longo prazo através da rubrica de Créditos Especiais, uma vez que os pagamentos oriundos de tais processos ainda não foram realizados. Dessa forma, assim que ocorrer o encerramento judicial dos processos serão adotados todos os procedimentos legais para que os valores pagos sejam ressarcidos à Companhia, seja através de ressarcimento via FUNAC ou apropriação de crédito outorgado de ICMS. A segregação entre curto e longo prazo dos referidos valores é feita baseada em expectativa da Companhia.

Com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juízes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

realizados, a Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC no montante total de R\$ 542.688 em 31 de março de 2021 (R\$ 511.435 em 31 de dezembro de 2020) relacionada ao período compreendido entre abril de 2012 e janeiro de 2015, período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº17.555/12 e 19.473/16. O impacto da referida provisão no trimestre findo em 31 de março de 2021 é de R\$ 31.253 (nota explicativa 27).

A provisão para perdas mencionada anteriormente gerou uma diferença tributária dedutível, logo, a Companhia mantém registrado o montante de R\$ 163.262 em 31 de março de 2021 (R\$ 173.888 em 31 de dezembro de 2020) de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o total da perda contabilizada (vide nota explicativa 29).

12. Ativo indenizável (concessão)

A movimentação do ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	Ativo Indenizável
Saldos em 31 de dezembro de 2019	151.210
Transferências do ativo intngível	2.103
Marcação a mercado	1.324
Saldos em 31 de março de 2020	154.637
Saldos em 31 de dezembro de 2020	225.003
Transferências do ativo contratual	7.818
Marcação a mercado	4.988
Saldos em 31 de março de 2021	237.809

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

13. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado conforme CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil. Segue demonstrada abaixo a movimentação desses ativos:

Notas Explicativas
CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 31.12.2020	Adições	Depreciação	Transferências	Saldos em 31.03.2021
Imobilizado em serviço					
Terrenos	8.406	-	-	-	8.406
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	34.012	-	-	-	34.012
Máquinas e equipamentos	22.868	-	-	30	22.898
Veículos	1.590	-	-	-	1.590
Móveis e utensílios	80.329	-	-	108	80.437
Subtotal	147.205	-	-	138	147.343
Depreciação acumulada					
Edif. Ob. cíveis e benfeitorias	(19.185)	-	(203)	-	(19.388)
Máquinas e equipamentos	(15.962)	-	(104)	-	(16.066)
Veículos	(1.347)	-	(14)	-	(1.361)
Móveis e utensílios	(63.209)	-	(1.202)	-	(64.411)
Subtotal	(99.703)	-	(1.523)	-	(101.226)
Total do imobilizado em serviço	47.502	-	(1.523)	138	46.117
Imobilizado em curso					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	8.440	148	-	-	8.588
Máquinas e equipamentos	4.201	323	-	(30)	4.494
Veículos	545	-	-	-	545
Móveis e utensílios	3.322	2	-	(108)	3.216
Subtotal	16.508	473	-	(138)	16.843
Total do imobilizado	64.010	473	(1.523)	-	62.960
Ativo de direito de uso - CPC 06 (R2)					
Terrenos	43	-	(43)	-	-
Imóveis	1.541	-	(192)	-	1.349
Veículos e outros meios de transporte	3.101	-	(2.385)	-	716
Subtotal	4.685	-	(2.620)	-	2.065
Total	68.695	473	(4.143)	-	65.025

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 31.12.2019	Adições	Depreciação	Transferências	Saldos em 31.03.2020
Imobilizado em serviço					
Terrenos	8.474	-	-	-	8.474
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	33.879	-	-	4	33.883
Máquinas e equipamentos	20.731	-	-	-	20.731
Veículos	1.590	-	-	-	1.590
Móveis e utensílios	75.362	-	-	-	75.362
Subtotal	140.036	-	-	4	140.040
Depreciação acumulada					
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	(18.336)	-	(212)	-	(18.548)
Máquinas e equipamentos	(15.584)	-	(110)	-	(15.694)
Veículos	(1.288)	-	(15)	-	(1.303)
Móveis e utensílios	(59.357)	-	(1.091)	-	(60.448)
Subtotal	(94.565)	-	(1.428)	-	(95.993)
Total do imobilizado em serviço	45.471	-	(1.428)	4	44.047
Imobilizado em curso					
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	1.647	540	-	(4)	2.183
Máquinas e equipamentos	23.312	29.613	-	-	52.925
Móveis e utensílios	6.949	489	-	-	7.438
Subtotal	31.908	30.642	-	(4)	62.546
Total do imobilizado	77.379	30.642	(1.428)	-	106.593
Ativo de direito de uso - CPC 06 (R2)					
Terrenos	375	-	(103)	-	272
Imóveis	3.261	-	(409)	-	2.852
Veículos e outros meios de transporte	12.883	-	(2.451)	-	10.432
Subtotal	16.519	-	(2.963)	-	13.556
Total	93.898	30.642	(4.391)	-	120.149

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil, em linha com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Administração	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento de informática	16,67%
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos imobilizados originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

Direito de uso	Prazo médio contratual
Imóveis	3,3
Veículos e outros meios de transporte	0,1



Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível

	31.03.2021			31.12.2020	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	7.940.829	(3.827.658)	(1.193.062)	2.920.109	2.842.695
Software	203.648	(112.072)	-	91.576	97.727
Incorporação Enel Investimentos	3.949.030	(481.876)	-	3.467.154	3.502.414
Total intangível	12.093.507	(4.421.606)	(1.193.062)	6.478.839	6.442.836

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.041.978	(3.902.915)	(1.275.820)	5.863.243
Baixas	(1.298)	1.277	-	(21)
Amortização	-	(64.369)	16.715	(47.654)
Transferência dos ativos contratuais	26.866	-	-	26.866
Transferências para o ativo indenizável	(2.103)	-	-	(2.103)
Amortização intangível da concessão (incorporação Enel Investimentos)	-	(35.258)	-	(35.258)
Saldos em 31 de março de 2020	11.065.443	(4.001.265)	(1.259.105)	5.805.073
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.959.048	(4.306.398)	(1.209.814)	6.442.836
Baixas	(8)	3	-	(5)
Amortização	-	(79.951)	16.752	(63.199)
Transferência dos ativos contratuais	134.467	-	-	134.467
Amortização intangível da concessão (incorporação Enel Investimentos)	-	(35.260)	-	(35.260)
Saldos em 31 de março de 2021	12.093.507	(4.421.606)	(1.193.062)	6.478.839



Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

15. Ativo de contrato

A Companhia agrega mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9,78% no trimestre findo em 31 de março de 2021 e 8,83% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

	31.03.2021		31.12.2020	
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Curso				
Direito de uso da concessão	1.709.396	(77.505)	1.631.891	1.447.384
Software	98.226	-	98.226	79.394
Total intangível	1.807.622	(77.505)	1.730.117	1.526.778

As variações do ativo de contrato, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.152.644	(70.142)	1.082.502
Adições	226.512	(6.146)	220.366
Capitalização de juros de empréstimos	221	-	221
Transferências para o ativo intangível	(26.866)	-	(26.866)
Saldos em 31 de março de 2020	1.352.511	(76.288)	1.276.223
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.604.239	(77.461)	1.526.778
Adições	345.523	(44)	345.479
Capitalização de juros de empréstimos	145	-	145
Transferências para o ativo intangível	(134.467)	-	(134.467)
Transferências para o ativo indenizável	(7.818)	-	(7.818)
Saldos em 31 de março de 2021	1.807.622	(77.505)	1.730.117

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Fornecedores e outras contas a pagar

	31.03.2021		31.12.2020	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Compra de energia	414.182	-	584.003	-
Compra de energia com partes relacionadas (nota 22)	2.620	-	1.805	-
Parcelamento Itaipu (a)	116.024	493.105	116.024	522.110
Encargo de uso da rede	165.238	-	160.704	-
Encargos de uso de rede com partes relacionadas (nota 22)	376	-	399	-
Materiais e serviços	686.293	-	413.107	-
Materiais e serviços com partes relacionadas (nota 22)	117.417	-	105.626	-
Total	1.502.150	493.105	1.381.668	522.110

(a) O valor registrado em 31 de março de 2021, é referente a 63 parcelas restantes do Termo de confissão e repactuação da dívida do repasse de energia de Itaipu - ECF 3286/2016, celebrado entre a Companhia e a Eletrobras, assinado em 17 de junho de 2016 e referente ao saldo remanescente de Itaipu de US\$ 334.936 na data base 30 de outubro de 2015, ao dólar R\$2,6929 do Contrato ECF 3002/2012, totalizando R\$901.949. A dívida foi celebrada em Reais e vem sendo corrigida pela taxa SELIC calculada *pro rata die* sobre o saldo devedor desde 30 de outubro de 2015. O Termo foi parcelado em 120 meses, sendo os primeiros 24 meses apenas os juros remuneratórios e os 96 meses seguintes o principal e juros remuneratórios.

O fluxo de pagamento apresenta-se da seguinte forma:

Ano	R\$
2021	87.018
2022	116.024
2023	116.024
2024	116.024
2025	116.024
2026	58.015
	609.129

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos

A seguir, demonstra-se a composição dos empréstimos e financiamentos:

	31.03.2021					31.12.2020				
	Circulante			Não circulante	Circulante + não circulante	Circulante			Não circulante	Circulante + não circulante
	Encargo	Principal	Total	Principal		Encargo	Principal	Total	Principal	
Moeda estrangeira:										
Empréstimos										
SCOTIA 4131 (b)	589	-	589	279.449	280.038	2.026	-	2.026	251.937	253.963
BNP 4131 II	-	-	-	-	-	997	171.057	172.054	-	172.054
Total moeda estrangeira	589	-	589	279.449	280.038	3.023	171.057	174.080	251.937	426.017
Moeda nacional:										
Empréstimos										
FIDC Série A (a) (a.1)	350	54.247	54.597	72.329	126.926	323	54.247	54.570	85.890	140.460
FIDC Série B (a) (a.2)	384	25.625	26.009	45.995	72.004	383	24.897	25.280	53.200	78.480
Custos de transação a amortizar FIDC (a)	-	(5.559)	(5.559)	-	(5.559)	-	(6.155)	(6.155)	-	(6.155)
Cotas subordinadas FIDC (a)	-	-	-	(61.851)	(61.851)	-	-	-	(61.313)	(61.313)
Total	734	74.313	75.047	56.473	131.520	706	72.989	73.695	77.777	151.472
Financiamentos										
Eletrobrás_ECF - 232/2008 (e)	-	2.346	2.346	3.431	5.777	-	2.346	2.346	4.127	6.473
Celg de Participações S/A (c)	265	12.125	12.390	59.599	71.989	273	11.927	12.200	62.706	74.906
BNDES CG 2018 (d)	241	39.202	39.443	45.276	84.719	214	39.230	39.444	54.978	94.422
Total	506	53.673	54.179	108.306	162.485	487	53.503	53.990	121.811	175.801
Empréstimos Partes Relacionadas										
Mútuos Enel Brasil (f)	42.044	2.493.502	2.535.546	-	2.535.546	22.370	2.147.000	2.169.370	-	2.169.370
Enel Finance International N.V. (g)	1.771	-	1.771	600.000	601.771	-	-	-	-	-
Total	43.815	2.493.502	2.537.317	600.000	3.137.317	22.370	2.147.000	2.169.370	-	2.169.370
Total moeda nacional	45.055	2.621.488	2.666.543	764.779	3.431.322	23.563	2.273.492	2.297.055	199.588	2.496.643
Total de empréstimos e financiamentos	45.644	2.621.488	2.667.132	1.044.228	3.711.360	26.586	2.444.549	2.471.135	451.525	2.922.660



Notas Explicativas CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(i) Empréstimos obtidos durante o trimestre findo em 31 de março de 2021:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de Amortização	Pagamento de Juros	Finalidade	Garantias
Mútuos Enel Brasil (f)	203.825	07/01/2021	06/01/2022	CDI + 1,70% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuos Enel Brasil (f)	40.765	11/01/2021	10/01/2022	CDI + 1,70% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuos Enel Brasil (f)	101.912	05/02/2021	04/02/2022	CDI + 1,70% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Enel Finance International N.V. (g)	600.000	04/03/2021	04/03/2023	CDI + 1,29% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

(ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes no trimestre findo em 31 de março de 2021:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de Amortização	Pagamento de Juros	Finalidade	Garantias
SCOTIA 4131 (b)	200.000	27/08/2019	29/08/2022	USD + 2,30% a.a.	Bullet	Semestral	Capital de giro	Enel Brasil
FIDC Série A (a.1)	330.000	22/07/2015	14/07/2023	CDI + 3% a.a.	Mensal	Mensal	Financiamento	Recebíveis
FIDC Série B (a.2)	160.000	22/07/2015	14/07/2023	IPCA + 9,70% a.a.	Mensal	Mensal	Financiamento	Recebíveis
Eletrobrás_ECF - 232/2008 (e)	33.057	29/06/2012	30/06/2024	6% a.a.	Mensal	Mensal	Financiamento	N/A
Celg de Participações S/A (c)	100.000	03/05/2018	15/10/2027	6,80% a.a.	Mensal	Mensal	Capital de giro	Enel Brasil
BNDES CG 2018 (d)	100.000	22/05/2018	15/06/2023	IPCA + 5,34% a.a.	Mensal	Mensal	Capital de giro	Enel Brasil
Mútuos Enel Brasil (f)	220.000	08/05/2020	28/05/2021	CDI + 2,24% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuos Enel Brasil (f)	230.000	10/06/2020	29/06/2021	CDI + 2,10% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuos Enel Brasil (f)	220.000	09/07/2020	23/07/2021	CDI + 2% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuos Enel Brasil (f)	1.077.000	02/10/2020	04/10/2021	CDI + 0,90% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuos Enel Brasil (f)	400.000	23/12/2020	23/12/2021	CDI + 0,75% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

Os empréstimos com Scotiabank, e o financiamento referente ao BNDES possuem como garantia o aval corporativo da holding Enel Brasil que tem uma remuneração por contrato de 0,15% a.a. e 0,35% a.a., respectivamente. Esta garantia corresponde a 100% do saldo devedor destes empréstimos e financiamentos. Além disso para o FIDC, a Companhia possui uma garantia de aplicação financeira em um fundo exclusivo de cotas subordinadas e uma garantia de recebíveis, sendo esta última passível de bloqueio em conta bancária, apenas em caso de descumprimento contratual. Estas duas garantias do FIDC correspondem a 25% e 17% do saldo devedor, respectivamente.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2021, a Companhia utilizou crédito disponível de linha de crédito com o Bradesco, no montante de R\$ 3.694 com pagamento dentro do mesmo período.

(a) FIDC CELG D – Fundo de investimento em direitos creditórios

Foi aprovado em março de 2015, por meio da ATA 386ª Reunião do Conselho de Administração da CELG Distribuição S.A. - CELG D, a conversão da dívida representada por debêntures que a Companhia possuía na época, no valor de R\$ 290.000, emitidas sob a coordenação do Banco *Crédit Suisse* (Brasil), em emissão de quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e a tomada de crédito adicional, no montante de R\$ 200.000 também por meio de FIDC, operação essa que visa a constituição de um fundo para venda de cotas a fim de realizar a captação de recursos.

O fundo foi denominado CELG DISTRIBUIÇÃO – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (FIDC) e inscrito no CNPJ/MF sob nº. 21.161.619/0001-58, constituído sob forma de Condomínio Fechado, ou seja, as cotas só serão resgatadas no término do prazo de duração do fundo conforme art. 2º item VI Inst. CVM 356. O fundo foi composto por 4.900 (quatro mil e novecentas) “Cotas Seniores”, no valor agregado de R\$ 490.000 (quatrocentos e noventa milhões de reais), a serem objeto de distribuição pública, e 150 “Cotas Subordinadas” a serem subscritas e integralizadas exclusivamente pela Companhia (como aplicação em fundo de investimento), todas com preço inicial de emissão de R\$ 100 (cem mil reais). Essa operação é administrada pela Oliveira *Trust* Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Notas Explicativas
CELG Distribuição S.A. – CELG**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O prazo de duração do Fundo iniciou-se na data de emissão das cotas Seniores, em 22 de julho de 2015, e encerrar-se-á no prazo de 96 (noventa e seis) meses, sendo 23 (vinte e três) meses de carência e 73 (setenta e três) meses com amortizações mensais. As cotas Seniores estão divididas em série A e série B.

FIDIC Série A e Série B – Títulos emitidos (cotas seniores)

Para as cotas seniores da operação, os recursos foram captados através de emissão de cotas do fundo na ordem de R\$ 490.000 e assim reconhecidos contabilmente como empréstimo com a respectiva obrigação registrada no passivo. Os empréstimos estão divididos em série A e B. Ambos tiveram início em 22 de julho de 2015 com prazo de vencimento para 14 de julho de 2023. O que difere as duas séries é a incidência de encargos, a Série A é corrigida a 100% do CDI + 3% a.a., já a Série B tem incidência de IPCA + 9,70% a.a. Os pagamentos de juros e amortização ocorrem de forma mensal em ambos os contratos.

Os cotistas que comprem cotas seniores emitidas pela Companhia possuem preferência no resgate de investimentos e amortização.

FIDIC - Cotas subordinadas

Foram constituídas em um contrato específico, chamado Contrato de promessa de subscrição e integralização de cotas subordinadas da CELG DISTRIBUIÇÃO – Fundo de investimento em direitos creditórios, em que o Administrador aprovou a realização de 150 cotas subordinadas, a serem subscritas e integralizadas exclusivamente pela Companhia perfazendo um total de R\$ 15.000. Estas cotas tiveram como valor inicial de emissão R\$ 100 e estão classificadas no passivo não circulante, como redutora do total a pagar do Fundo. Essa aplicação teve início em 22 de julho de 2015 e vem sendo corrigida através dos valores de cotas divulgadas pelo fundo registrado na CVM com o CNPJ/MF sob nº. 21.161.619/0001-58.

As cotas subordinadas, por definição, não possuem preferência no resgate de investimentos e na amortização, e podem obter uma rentabilidade maior, devido ao maior risco de inadimplência, uma vez que não são cotas preferenciais, estando subordinadas às cotas seniores. A taxa interna de retorno dessa aplicação no período findo em 31 de março de 2021 ficou em 3,61% a.a. (equivalente a CDI+1,55% a.a.).

FIDIC - Custos de transação a amortizar

Os custos de transação incorridos na captação de recursos são contabilizados conforme o CPC 08, como redutor do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido para evidenciar o valor líquido recebido.

(b) Celg Participações S/A

À época, tratava-se de uma operação com parte relacionada a qual deixou de ter esta característica após a aquisição da Companhia pela Enel Brasil S.A..

A seguir, demonstra-se a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.297.055	199.588	174.080	251.937	2.922.660
Captações	350.196	600.000	-	-	950.196
Variação cambial	-	-	16.367	27.512	43.879
Variação monetária	-	4.285	-	-	4.285
Encargos provisionados	27.866	-	2.164	-	30.030
Transferências	39.094	(39.094)	-	-	-
Amortizações (principal)	(41.888)	-	(187.196)	-	(229.084)
Encargos pagos	(6.373)	-	(4.826)	-	(11.199)
Apropriação custo de transação	593	-	-	-	593
Saldos em 31 de março de 2021	2.666.543	764.779	589	279.449	3.711.360

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	978.924	328.107	402.479	780.339	2.489.849
Captações	72.352	-	150.000	-	222.352
Variação cambial	-	-	291.710	54.900	346.610
Variação monetária	3.591	-	-	-	3.591
Encargos provisionados	19.605	-	9.510	-	29.115
Transferências	32.858	(32.858)	585.110	(585.110)	-
Amortizações (principal)	(97.891)	-	-	-	(97.891)
Encargos pagos	(9.228)	-	(7.580)	-	(16.808)
Apropriação custo de transação	946	-	-	-	946
Saldos em 31 de março de 2020	1.001.157	295.249	1.431.229	250.129	2.977.764

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31.03.2021					
2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total não circulante
383.009	616.282	10.828	11.053	23.056	1.044.228

18. Obrigações com arrendamentos

Os saldos em 31 de março de 2021, das obrigações com arrendamentos são demonstrados como segue:

	31.03.2021	31.12.2020	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de amortização	Encargos financeiros
Terrenos	98	164	28/02/2021	1	Mensal	9,34% a.a
Imóveis	2.131	2.327	14/04/2025	40	Mensal	de 4,66% a.a até 11,25% a.a
Veículos e outros meios de transporte	1.869	4.444	27/04/2021	1	Mensal	8,93% a.a
Total	4.098	6.935				
Circulante	3.330	5.974				
Não circulante	768	961				

Notas Explicativas
CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A curva de amortização das obrigações com arrendamentos do passivo circulante e não circulante apresenta-se da seguinte forma:

	31.03.2021		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2021	3.429	(99)	3.330
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	847	(79)	768
Até 2 anos - 2022	455	(48)	407
Até 3 anos - 2023	249	(25)	224
Até 4 anos - 2024	141	(6)	135
Até 5 anos - 2025	2	-	2
	4.276	(178)	4.098

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações com arrendamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.974	961	6.935
Pagamento de juros	(336)	-	(336)
Amortizações	(2.945)	-	(2.945)
Transferências	2.890	-	2.890
Encargos provisionados	322	-	322
Saldos em 31 de março de 2020	5.905	961	6.866
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.974	961	6.935
Pagamento de juros	(77)	-	(77)
Amortizações	(2.838)	-	(2.838)
Transferências	193	(193)	-
Encargos provisionados	78	-	78
Saldos em 31 de março de 2021	3.330	768	4.098

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Obrigações fiscais (incluindo imposto de renda e contribuição social a pagar)

	31.03.2021	31.12.2020
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda - IRPJ	-	9.408
Contribuição social - CSLL	-	3.522
Total do imposto de renda e contribuição social a pagar	-	12.930

	31.03.2021	31.12.2020
Obrigações fiscais federais		
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	23.291	49.767
Programa de integração social - PIS	4.998	10.735
INSS	18.999	11.480
SESI / SENAI	844	809
Outros	1.069	4.520
Subtotal - Federais	49.201	77.311
Obrigações fiscais estaduais		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	102.852	114.152
Subtotal - Estaduais	102.852	114.152
Obrigações fiscais municipais		
Imposto sobre serviços - ISS	12.540	10.863
Outros municipais	277	277
Subtotal - Municipais	12.817	11.140
Total outros tributos a pagar	164.870	202.603

20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O STF decidiu em março de 2017, o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia possui uma ação judicial ajuizada em 2003 e tomou conhecimento em março de 2021 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar que atualizado corresponde ao montante de R\$ 2.410.197 (vide nota 10), e passivo que atualizado corresponde ao montante de R\$ 2.410.197, por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desses tributos nas tarifas cobradas dos consumidores, não constituindo benefício econômico para a Companhia. A Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias a ser definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A partir do recolhimento de março de 2021, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições, o que será repercutido na alíquota efetiva a ser cobrada dos consumidores de acordo com as normas regulatórias de neutralidade desses tributos para fins tarifários (cf. Nota Técnica 115/2005 da ANEEL).

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	31.03.2021	31.12.2020
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	10	565.244	-
<u>Ativo não circulante</u>	10	1.844.953	-
Total do Ativo		2.410.197	-
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		565.244	-
<u>Passivo não circulante</u>		1.844.953	-
Total do Passivo		2.410.197	-
		31.03.2021	31.12.2020
Resultado			
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	26	(1.683.077)	-
PIS/COFINS - tributo a compensar	26	1.683.077	-
Impacto líquido		-	-
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		727.120	-
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(727.120)	-
Impacto líquido		-	-

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Constituição	1.683.077	1.683.077
Atualização	727.120	727.120
Saldo em 31 de março de 2021	2.410.197	2.410.197

21. Encargos setoriais

	31.03.2021	31.12.2020
Programa de Eficiência Energética- (“PEE”)	236.919	227.468
Pesquisa e desenvolvimento- (“P&D”)	76.828	73.356
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	644	-
Total	314.391	300.824
Circulante	162.636	183.285
Não circulante	151.755	117.539

As distribuidoras de energia elétrica devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente a 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.



Notas Explicativas CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgações de partes relacionadas.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos períodos findos em 31 de março de 2021 e 2019.

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.03.2021			31.12.2020			Receita (despesa)	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	31.03.2021	31.03.2020
Agente de arrecadação e vendas em fatura de energia	ENEL X Brasil S.A.	Febrero de 2024	-	192	-	22	248	-	65	-
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020.	ENEL Brasil S.A	Março de 2020 a Março de 2025	-	43.783	-	-	44.166	-	-	(3.322)
Fiscalização de pequenas obras	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	1.618	-	-	975	-	(716)	(958)
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	ENEL Brasil S.A		-	33.717	-	-	26.422	-	-	289
	ENEL Distribuição São Paulo - Eletropaulo		-	198	-	-	-	-	-	(1.460)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Febrero de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Até o final da concessão	1.076	15	-	1.076	-	-	14	2.299
	ENEL Green Power Parapanama		99	-	-	99	-	-	(290)	(271)
	ENEL Green Power Mourão		28	-	-	28	-	-	(83)	(77)
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		247	-	-	141	-	-	(282)	(268)
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		241	-	-	94	-	-	(189)	(179)
	ENEL Green Power Volta Grande S.A.		762	-	-	762	-	-	(2.308)	(442)
	ENEL Green Power Salto do Apicás S.A.		407	-	-	233	-	-	(465)	(526)
Encargos de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	331	-	-	220	-	(536)	(488)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		505	-	-	228	-	(497)	-	
	ENEL CIEN S.A.		-	376	-	-	399	-	(1.118)	(1.174)
Comissão de fiança	Enel Brasil S.A	Julho de 2019 a Junho de 2023	-	2.186	-	-	2.338	-	(221)	(1.460)
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019. (*)	Enel Distribuição Ceará - COELCE	Febrero de 2024	305	2.656	-	305	2.656	-	-	-
	Enel Green Power Participações Ltda		4.214	1.875	-	3.988	1.640	-	-	-
	Enel Geração Fortaleza - CGTF		275	4.415	-	275	3.049	-	-	-
	Enel Green Power Volta Grande S.A.		358	-	-	358	-	-	-	(2.241)
	Enel Green Power Cachoeira Dourada SA		22	2.582	-	22	2.186	-	-	-
	Ampla Energia e Serviços S.A		251	5.962	-	251	5.304	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - Eletropaulo		4.888	6.387	-	4.888	6.462	-	-	-
	Enel Brasil S.A		1.226	7.876	-	870	7.160	-	-	-
ENEL CIEN S.A.	549	271	-	549	220	-	-	-		
Reembolsos expatriados	Enel SPA		-	2.046	-	-	1.552	-	(493)	(399)
	Enel Itália IT	Febrero de 2024	-	-	-	-	-	-	-	(379)
	Enel Codensa SA ESP		-	44	-	-	35	-	(9)	-
	Enel Global Infrastructure and Networks SRL		835	1.609	-	704	1.213	-	(263)	(146)
Mútuo	ENEL Brasil S.A	Mai de 2021 a Febrero de 2022	-	2.535.546	-	-	-	-	(19.674)	-
	ENEL Finance International N.V.	Março de 2023	-	1.771	600.000	-	-	-	(1.771)	-
Total de partes relacionadas			13.999	2.657.745	600.000	13.308	107.830	-	(28.836)	(11.202)



Notas Explicativas CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A. e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamentos

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuos

Em janeiro e fevereiro de 2021, a Companhia com necessidade de capital de giro captou novas operações de mútuos com a Enel Brasil no montante de R\$ 346.502 com vencimentos até 04 de fevereiro de 2022 a uma taxa de CDI + 1,70 a.a.

Os contratos de mútuos foram celebrados com sua controladora direta Enel Brasil e tem como objetivo preservar o capital de giro da Companhia, assim como o suporte financeiro necessário à manutenção de suas atividades operacionais e de investimentos.

As operações foram contratadas conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, estabelecidas em processo realizado criteriosamente de acordo com as boas práticas de mercado (cotação com bancos para operações similares). Para maiores detalhes, vide nota 17.

Em 04 de março de 2021, a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$600.000 com vencimento em 04 de março de 2023 a uma taxa de CDI + 1,29 a.a.

A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio dos despachos Nº 2.979, Nº 1.923 e Nº 475, de 11 de dezembro de 2018, 01 de julho de 2020 e 22 de fevereiro de 2021, respectivamente. O saldo desse mútuo em 31 de março de 2021 era de R\$ 601.771.

Outras partes relacionadas

A Companhia é patrocinadora da Fundação CELG de seguros e previdência – ELETRA. Os saldos a seguir contemplam as obrigações com o benefício definido, contribuição definida e plano médico.

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.03.2021		31.12.2020		Despesa	
			Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	31.03.2021	31.03.2020
Benefícios pós emprego	Fundação CELG de seguros e previdência - ELETRA	Até o final da concessão	-	249.187	-	245.055	(5.748)	(3.919)

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.03.2021	31.03.2020
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	537	776
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	4	69
Total	541	845

23. Provisão para processos judiciais e outros riscos

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

23.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

	31.12.2020	31.03.2021			Saldo acumulado
	Saldo acumulado	Adições/reversões	Atualização monetária	Pagamentos	
Trabalhistas (a)	103.538	20.538	10.937	(2.291)	132.722
Cíveis (b)	44.956	5.249	2.726	(9.964)	42.967
Regulatórios (c)	112.355	-	653	(6.158)	106.850
FUNAC (d)	874.773	36.781	52.416	(6.657)	957.313
Subtotal - processos judiciais e administrativos	1.135.622	62.568	66.732	(25.070)	1.239.852
Outras provisões (e)	-	6.635	-	-	6.635
Total provisões para processos judiciais e outros riscos	1.135.622	69.203	66.732	(25.070)	1.246.487

	31.12.2019	31.03.2020			Saldo Acumulado
	Saldo Acumulado	Adições/Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	
Trabalhistas (a)	56.587	6.087	2.169	(3.167)	61.676
Cíveis (b)	75.734	8.771	4.242	(3.618)	85.129
Regulatórios (c)	100.997	-	996	-	101.993
FUNAC (d)	924.045	4.341	53.377	(36.130)	945.633
Total provisões para processos judiciais e outros riscos	1.157.363	19.199	60.784	(42.915)	1.194.431

(a) Riscos trabalhistas

No âmbito trabalhista, referem-se às ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, ainda sem decisão.

(b) Riscos cíveis

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Englobam processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

(c) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa nº 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

As ações classificadas como risco provável e passíveis de mensuração são reconhecidas nas informações financeiras intermediárias na rubrica “Provisões para demandas Judiciais” em contrapartida no resultado. Em ato contínuo, considerando a criação do FUNAC, caso a contingência seja decorrente de fato gerador anterior à data de aquisição do controle acionário da Companhia pela Eletrobras, considerando que o desembolso será ressarcido pelo Fundo, é reconhecido o mesmo valor como créditos especiais.

(d) FUNAC

As ações classificadas como risco provável e passíveis de mensuração são reconhecidas em contrapartida no resultado. Em ato contínuo, considerando a criação do FUNAC, caso a contingência seja decorrente de fato gerador anterior à data de aquisição do controle acionário da Companhia pela Eletrobras, considerando que o desembolso será ressarcido pelo Fundo, é reconhecido o mesmo valor como créditos especiais (vide nota 11).

A abertura das contingências englobadas pelo FUNAC, por natureza, é conforme demonstrada a seguir:

	31.03.2021	31.12.2020
Trabalhistas	445.557	377.196
Cíveis	508.535	494.376
Fiscais	39	39
Regulatórios	3.182	3.162
Total	957.313	874.773

Depósitos vinculados a litígios:

	31.03.2021	31.12.2020
Depósitos vinculados a litígios - Trabalhistas	124.946	122.297
Depósitos vinculados a litígios - Cíveis	19.522	19.043
Depósitos vinculados a litígios - Fiscais	41.867	41.729
	186.335	183.069

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Outras provisões

Durante o primeiro trimestre de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente, a Companhia inicia o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado. Este processo deve perdurar até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída no valor total de R\$ 6.635 será realizada.

23.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.03.2021	31.12.2020
Trabalhistas (a)	2.252.445	2.287.446
Cíveis (b)	2.636.580	2.453.157
Fiscais (c)	482.446	478.286
Juizados especiais	240	356
Total	5.371.711	5.219.245

Do total de possíveis apresentado no quadro anterior, R\$ 3.554.412 estão cobertos pelo FUNAC (R\$ 3.542.986 em 31 de dezembro de 2020).

A seguir são apresentados os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

(a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se às ações envolvendo empresas terceirizadas ativas no mercado ou com contratos ativos, bem como teses que possuem chances de mudanças em instâncias superiores. O acréscimo na linha de contingências trabalhistas, tem como principal efeito as reavaliações de processos, anteriormente classificados como riscos remotos que tiveram seus prognósticos de perda alterados para possíveis, bem como para refletir os valores de cálculo apresentados pelos autores das causas.

(b) Cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas, em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações

Notas Explicativas
CELG Distribuição S.A. – CELG**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. O aumento deve-se principalmente pela alteração no prognóstico de perda, passando de remoto para possível de contingências cíveis relacionadas ao Órgão do Poder Público, no que tange valores repassados à Companhia em razão de convênios firmados entre as partes.

(c) Fiscais**Temas federais**

No âmbito federal, a Companhia possui uma Ação Anulatória que discute diversas compensações de tributos federais não homologados na esfera administrativa, no montante total de R\$ 26.988 em 31 de março de 2021 (R\$ 26.953 em 31 de dezembro de 2020).

Autos de infração e Execução Fiscal referentes ao período de 2000 a 2005 lavrados pela Receita Federal do Brasil por ter a Companhia deixado de incluir nas bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores referentes ao ICMS. Houve o trânsito em julgado em Ação Anulatória determinando o cancelamento do débito cobrado na Execução Fiscal. Em abril de 2020, a Fazenda cancelou a maior parte do débito, que passou de R\$ 398.447 para R\$ 12.799. Após decisão de primeira instância favorável à Companhia sobre o valor remanescente, aguarda-se julgamento em segunda instância judicial. Os demais autos de infração permanecem suspensos na esfera administrativa. O valor envolvido nestes processos atualizado em 31 de março de 2021 é de R\$ 237.496 (R\$ 237.124 em 31 de dezembro de 2020).

Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute o suposto creditamento indevido do ICMS em dois autos de infração que aguardam julgamento em segunda instância administrativa. Em janeiro de 2021 chegaram 3 novos autos sobre o assunto. Existem, ainda, cinco autos de infração em que se discute o suposto cumprimento equivocado de decisão judicial obtida por determinados clientes (ICMS sobre demanda contratada). O valor total envolvido nestes processos, atualizado em 31 de março de 2021 é de R\$ 36.930 (R\$ 33.810 em 31 de dezembro de 2020).

Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute ISS em execuções fiscais e autos de infração apresentados pelo Município de Goiânia, Anápolis, Mineiros e Águas Lindas de Goiás, no montante total de R\$ 145.173 em 31 de março de 2021 (R\$ 144.658 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de PIS, COFINS, ICMS e IPTU no valor total atualizado até 31 de março de 2021 de R\$ 35.859 (R\$ 33.486 em 31 de dezembro de 2020).

24. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

Os planos BD, misto, assistência médica e FGTS, nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020, estão representados abaixo:

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Benefício definido	Contribuição definida	Plano médico	FGTS	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	25.893	56.366	112.977	21.743	216.979
Custo do serviço corrente	-	4	-	325	329
Custo dos juros líquidos	440	696	2.113	341	3.590
Contribuições reais do empregador	-	(9.548)	-	-	(9.548)
Saldos em 31 de março de 2020	26.333	47.518	115.090	22.409	211.350
Saldos em 31 de dezembro de 2020	39.176	100.380	105.499	26.884	271.939
Custo do serviço corrente	-	3	-	387	390
Custo dos juros líquidos	713	2.155	2.065	425	5.358
Contribuições reais do empregador	-	-	(804)	-	(804)
Saldos em 31 de março 2021	39.889	102.538	106.760	27.696	276.883

Despesas reconhecidas nas demonstrações de resultado relacionadas com os planos:

	31.03.2021	31.03.2020
Custo do serviço corrente	390	329
Custo dos juros	5.358	3.590
Total de despesas	5.748	3.919

25. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de março de 2021, é de R\$ 5.664.952, representados por 283.067.254 ações ordinárias, sem valor nominal (R\$ 5.075.679 em 31 de dezembro de 2020, representados por 255.286.739 ações ordinárias, sem valor nominal).

O capital social da Companhia pode ser aumentado em até 2.000.000.000 (dois bilhões) de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que tem competência para fixar o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a composição do capital social por acionistas era a seguinte:

Acionista	31.03.2021		31.12.2020	
	Quantidade de ações ordinárias (em unidades)	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias (em unidades)	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	282.965.232	99,96	255.099.014	90,12
Outros	102.022	0,04	187.725	0,07
Total de ações em circulação	283.067.254	100,00	255.286.739	90,19

(b) Aumento de capital

Em 03 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou proposta de aumento do capital social por subscrição privada, no valor total de R\$ 589.273 com a emissão de

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.780.515 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, observados os seguintes termos e condições:

- Aumento de capital no valor de R\$ 250.000, mediante a emissão de 11.814.745 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 21,16 cada uma, mediante capitalização de créditos;
- Aumento de capital no valor de R\$ 339.273, mediante a emissão de 15.965.770 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 21,25 cada uma, mediante capitalização de créditos

O capital social da Companhia, anteriormente no valor de R\$ 5.075.679 dividido em 255.286.739 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, passou a ser de R\$ 5.664.952 dividido em 283.067.254 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal.

(c) Reserva de Capital

O montante de R\$3.507.653 foi constituído mediante a incorporação reversa da Enel Investimentos S.A. ocorrida no período findo em 31 de dezembro de 2017.

(d) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos acumulados pela Companhia, não está sendo constituída a reserva legal.

(e) Reserva de reavaliação

Reserva de reavaliação (ajuste de avaliação patrimonial): Refere-se à mais valia de ativos registrada em 2007. Conforme facultado pelo art. 4º da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, a Administração da Companhia decidiu pela manutenção do saldo do ajuste de avaliação patrimonial constituído em período anterior à vigência da Lei nº 11.638/2007. Vale ressaltar que a Companhia efetua a realização da referida reserva para lucros / prejuízos acumulados.

(f) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, líquidos dos impostos atualizados até 31 de março de 2021 com saldo negativo de R\$ 2.676 (saldo negativo de R\$ 12.005 em 31 de dezembro de 2020), bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do período, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.03.2021	31.03.2020
Perda em instrumentos financeiros derivativos	(4.055)	(18.190)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	1.379	6.185
Total	(2.676)	(12.005)

(g) Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Notas Explicativas
CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações conforme segue:

	31.03.2021	31.03.2020
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do período	23.259	(46.029)
Denominador		
Número de ações ordinárias	283.067.254	255.286.739
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído	0,08217	(0,18030)

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

O quadro a seguir demonstra o cálculo da média ponderada considerando as movimentações de ações no trimestre findo em 31 de março de 2021.

Exercício	Período de movimentação de ações	Quantidade de ações (em unidades)	Número de dias - %	Média ponderada de ações (em unidades)
2021	01/01/2021 a 02/02/2021	255.286.739	36%	91.788.490
	03/02/2021 a 31/03/2021	283.067.254	64%	181.163.043
			100%	272.951.533

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Receita operacional líquida

	31.03.2021			31.03.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	2.699.010	1.376.478	825.641	2.580.475	1.289.212	767.798
Industrial	8.556	118.300	100.850	8.649	161.672	122.217
Comercial	206.758	473.681	403.306	205.759	541.689	431.682
Rural	203.794	335.690	211.997	193.220	298.752	167.139
Poder público	19.007	98.922	76.512	18.425	115.052	82.255
Iluminação pública	274	155.889	74.659	626	155.603	71.019
Serviço público	2.997	86.075	65.483	2.899	91.543	63.596
Suprimento - Agente de distribuição	6	1.020	54.893	7	969	11.298
Fornecimento faturado	3.140.402	2.646.055	1.813.341	3.010.060	2.654.492	1.717.004
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	334.419	-	-	239.624
PIS/COFINS consumidores a restituir	-	-	(1.683.077)	-	-	-
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	-	-	1.683.077	-	-	-
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(22.771)	-	-	(16.571)
Energia no MVE - mecanismo de venda de excedente	-	-	-	-	-	21.491
Receitas com partes relacionadas (vide nota 22)	-	-	14	-	-	2.299
Total receitas - originadas de contratos com clientes	3.140.402	2.646.055	2.125.003	3.010.060	2.654.492	1.963.847
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	290.660	-	-	82.026
Subvenção baixa renda	-	-	17.153	-	-	10.228
Subvenção de recursos da CDE	-	-	74.303	-	-	65.306
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres	472	873.255	148.698	346	791.629	110.661
Receita de construção	-	-	340.846	-	-	220.587
Outras receitas	-	-	36.626	-	-	25.425
Total outras receitas	472	873.255	908.286	346	791.629	514.233
Receita operacional bruta	3.140.874	3.519.310	3.033.289	3.010.406	3.446.121	2.478.080
(-) Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(554.565)	-	-	(535.870)
PIS	-	-	(39.686)	-	-	(37.938)
COFINS	-	-	(182.797)	-	-	(174.744)
ISS	-	-	(40.139)	-	-	(736)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(16.299)	-	-	(13.077)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(228.332)	-	-	(183.704)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(2.578)	-	-	(1.813)
Total de deduções de receita operacional bruta	-	-	(1.064.396)	-	-	(947.882)
Receita operacional líquida	3.140.874	3.519.310	1.968.893	3.010.406	3.446.121	1.530.198

(*) Não revisado pelos auditores independentes

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Custos e despesas operacionais

Descrição	31.03.2021					31.03.2020				
	Custo do serviço	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outros	Total	Custo do serviço	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outros	Total
Pessoal	(28.262)	-	(9.790)	-	(38.052)	(20.915)	-	(15.628)	-	(36.543)
Material	(11.574)	-	(820)	-	(12.394)	(9.021)	-	(565)	-	(9.586)
Serviços de terceiros	(223.724)	-	(4.394)	-	(228.118)	(198.390)	(121)	(6.885)	-	(205.396)
Energia elétrica comprada para revenda	(875.240)	-	-	-	(875.240)	(750.555)	-	-	-	(750.555)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(179.379)	-	-	-	(179.379)	(128.002)	-	-	-	(128.002)
Encargos de serviços do sistema	(99.099)	-	-	-	(99.099)	(1.164)	-	-	-	(1.164)
Depreciação e amortização	(102.602)	-	-	-	(102.602)	(81.606)	-	(5.661)	-	(87.267)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	69.560	-	-	69.560	-	(22.813)	-	-	(22.813)
Perda de recebíveis de clientes	-	(10.285)	-	-	(10.285)	-	(8.619)	-	-	(8.619)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	-	-	(25.787)	-	(25.787)	-	-	(14.858)	-	(14.858)
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	-	(31.253)	-	(31.253)	-	-	(40.500)	-	(40.500)
Custo de construção	(340.846)	-	-	-	(340.846)	(220.587)	-	-	-	(220.587)
Outros custos operacionais	(3.603)	-	(11.673)	-	(15.276)	2.089	-	(22.168)	-	(20.079)
Receita de multa por impontualidade de clientes	-	-	-	19.194	19.194	-	-	-	17.421	17.421
Outras receitas operacionais	-	-	-	(2.684)	(2.684)	-	-	-	-	-
Total	(1.864.329)	59.275	(83.717)	16.510	(1.869.577)	(1.408.151)	(31.553)	(106.265)	17.421	(1.528.548)



Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro

	31.03.2021	31.03.2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	866	1.706
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	31.931	13.675
Variações monetárias diversas	478	1.568
Marcação a mercado de ativo indenizável	4.988	1.324
Varição cambial de dívidas	16	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	43.887	346.606
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	193	9.510
Varição monetária de ativos financeiros setoriais	2.879	8.875
Outras receitas financeiras	1.015	637
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.728)	(822)
Total	84.525	383.079
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(28.852)	(29.336)
Capitalização de encargos de dívida à infraestrutura em curso	145	221
Varição monetária de dívidas	(4.285)	(3.591)
Varição cambial de dívidas	(43.895)	(346.610)
Varição cambial	(195)	-
Encargo de fundo de pensão	(5.358)	(3.590)
Atualização financeira s/ ressarcimento a terceiros	(24.832)	(24.384)
Encargos repactuação Itaipu	(3.010)	(4.307)
Atualização P&D/PEE	(1.579)	(1.208)
IOF	(6.518)	(177)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(10)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(5)	(14.785)
Encargos de mútuos	(1.771)	-
Juros sobre obrigações com arrendamento	(78)	(322)
Atualização de provisões para processos judiciais e outros riscos	(14.316)	(7.407)
Desconto financeiro s/ parcelamento de clientes	-	(1.690)
Varição monetária de passivos financeiros setoriais	(4.522)	(2.876)
Garantia financeira	(221)	(1.460)
Atualizações de impostos	(909)	(1.057)
Outras despesas financeiras	(3.375)	(10.135)
Total	(143.586)	(452.714)
Total do resultado financeiro	(59.061)	(69.635)

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	31.03.2021		31.03.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	37.571	37.571	(67.985)	(67.985)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	(9.387)	(3.381)	17.002	6.119
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Participações executivos e empregados indedutíveis	(877)	(316)	(56)	(46)
Outras despesas indedutíveis			(4)	(1)
Amortização de ágio	(853)	(307)	(853)	(307)
Depreciação de reavaliação de ativos (CME)	-	(24)	-	(41)
Ajuste de período anterior	530	264	-	-
Incentivos fiscais e outros	39	-	143	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(10.548)	(3.764)	16.232	5.724
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.534)	(586)	(5.016)	(1.862)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.014)	(3.178)	21.248	7.586
Total	(10.548)	(3.764)	16.232	5.724
Aliquota efetiva	28,07%	10,02%	23,88%	8,42%

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado		Demonstrações do resultado abrangente	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Tributos diferidos ativos	1.420.553	1.438.321	(17.768)	22.816	-	-
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	107.821	131.471	(23.650)	9.835	-	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	138.708	119.542	19.166	(238)	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	163.262	173.888	(10.626)	13.770	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	923.306	924.045	(739)	(2.987)	-	-
Variação cambial e swap	22.861	24.011	(1.150)	1.894	-	-
Arrendamento mercantil CPC 06 (R2)	(4)	765	(769)	542	-	-
Benefício pós-emprego	64.599	64.599	-	-	-	-
Tributos diferidos passivos	(432.842)	(440.399)	5.576	6.018	1.981	(7.626)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(17.554)	(15.857)	(1.697)	(450)	-	-
Reserva de reavaliação	(29.146)	(32.480)	3.334	2.528	-	-
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A	(387.521)	(391.460)	3.939	3.940	-	-
Instrumentos financeiros - Swap	1.379	(602)	-	-	1.981	(7.626)
Total	987.711	997.922	(12.192)	28.834	1.981	(7.626)

30. Objetivos e políticas para a gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Goiás. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

(a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	242.290	133.598
Titulos e valores mobiliários	27	1.416
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	75.445	74.852
Consumidores e outras contas a receber	1.828.909	1.783.100
Ativo financeiro setorial	177.053	143.929
Ativo indenizável (concessão)	237.809	225.003
	2.561.533	2.361.898

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

A Administração considera bastante reduzido os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Instrumentos financeiros derivativos	31.03.2021	31.12.2020
AAA	75.445	74.852
Total Geral	75.445	74.852

Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	31.03.2021	31.12.2020
AAA	177.922	84.519
Total Geral	177.922	84.519

Notas Explicativas
CELG Distribuição S.A. – CELG**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Risco de revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e consequentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse deles às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública.

Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

(c) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização do dólar frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar para Real CDI/*spread*).

A Companhia se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Em 31 de março de 2021, todos os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras estão protegidos por *hedge*.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

(d) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2021 a Companhia possuía 98% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI e IPCA), conforme demonstrado abaixo.

Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	31.03.2021	%	31.12.2020	%
CDI	177.949	100%	85.935	100%
Total	177.949	100%	85.935	100%

Ativo financeiro indenizável	31.03.2021	%	31.12.2020	%
IPCA	237.809	100%	151.210	100%
Total	237.809	100%	151.210	100%

Empréstimos, financiamentos e derivativos	31.03.2021	%	31.12.2020	%
Taxa Fixa	80.490	2%	501.241	18%
CDI	3.389.993	93%	2.173.664	76%
IPCA	165.432	5%	172.903	6%
Total	3.635.915	100%	2.847.808	100%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

(e) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro disponíveis por meio de contrato firmado com o Banco Bradesco no valor de R\$80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil e mutuante Enel *Finance International* EFI N.V. aprovados pela ANEEL, por meio dos despachos N° 2.979/2018, N° 307/2019, e N° 1.923, até 11 de dezembro de 2022, no valor de até R\$ 2.500.000.

Devido aos efeitos no caixa da Companhia provocados pela pandemia do Covid-19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2021, constatou-se a necessidade de recurso adicional para a realização de investimentos e cobertura de capital de giro, a ANEEL aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.800.000, através do despacho N° 475 de 22 de fevereiro de 2021, o qual passou a R\$ 4.300.000, dos quais em 31 de março de 2021, estavam disponíveis o montante de R\$ 1.206.498.

A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	3.711.360	2.922.660
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	(75.445)	(74.852)
Dívida financeira	3.635.915	2.847.808
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(242.290)	(133.598)
Títulos e valores mobiliários	(27)	(1.416)
Dívida líquida (a)	3.393.598	2.712.794
Patrimônio líquido (b) (nota 25)	6.016.995	5.997.583
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	36%	31%

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de março de 2021						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	1.752	3.501	22.191	341.459	21.651	390.554
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	-	22.671	107.995	111.855	-	242.521
Empréstimo com partes relacionadas	-	469.807	2.175.084	664.492	-	3.309.383
	1.752	495.979	2.305.270	1.117.806	21.651	3.942.458

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de março de 2021			
Instrumentos financeiros derivativos - Swap - (recebimentos)/ pagamentos	4.400	(74.616)	(70.215)
	4.400	(74.616)	(70.215)

(f) Valorização dos instrumentos financeiros

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados neste nível.

Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. Os instrumentos financeiros que a Companhia apresenta no nível 2 estão dispostos na tabela.

Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Categoria	Nível	31.03.2021		31.12.2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa					
	Custo amortizado	242.290	242.290	133.598	133.598
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	27	27	1.416	1.416
Consumidores e outras contas a receber	Custo amortizado	1.828.909	1.828.909	1.783.100	1.783.100
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	177.053	177.053	143.929	143.929
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	75.445	75.445	74.965	74.965
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	237.809	237.809	225.003	225.003
Passivo					
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	3.431.322	3.547.986	2.496.643	2.526.890
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	280.038	267.677	426.017	420.328
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	81.175	81.175	289.519	289.519
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	113	113
Obrigações com arrendamentos	Custo amortizado	4.098	4.098	6.935	6.935
Fornecedores	Custo amortizado	1.995.255	1.995.255	1.903.778	1.903.778

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

(g) Instrumentos financeiros derivativos

Com finalidade de evitar riscos com variações cambiais, para as dívidas atreladas ao dólar (18% do total), a Companhia realizou operações de *hedge* por meio de contrato de *swap*, trocando *spread* + variação cambial por CDI + *spread* de forma a garantir que a Companhia não fique exposta a possíveis variações do mercado.

Em 31 de março de 2021, havia 1 (um) contratos de *swap* de dólar+*spread* para CDI+*spread*, conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos de swaps:	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31.03.2021	31.12.2020
SCOTIABANK 4131 CELG	27/08/2019	29/08/2022	USD 2,30% a.a. 100% CDI + 0,79% a.a.	75.445	54.462
BNP 4131 CELG II	06/03/2020	08/03/2021	USD + 1,84% a.a. 100% CDI + 0,47% a.a.	-	20.390
Total				75.445	74.852

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.143
Efeito no resultado financeiro	341.331
Marcação a mercado no PL	22.430
Recebimentos (principal)	-
Pagamento de encargos	6.360
Saldo em 31 de março de 2020	382.264
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74.852
Efeito no resultado financeiro	44.065
Marcação a mercado no PL	(5.828)
Recebimentos (principal)	(37.196)
Pagamento de encargos	(448)
Saldo em 31 de março de 2021	75.445

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*), em 31 de março de 2021, estão dispostos abaixo:

Derivativos	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Outros resultados abrangentes
Swap Fixo (USD) x DI 27/08/2019 Scotiabank	79.500	75.445	(4.055)
	79.500	75.445	(4.055)

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão na posição de 31 de março de 2021.

(h) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide a seguir análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos (passivos)	Risco	Base	Cenários projetados - Março 2022			
		31.03.2021	Provável	Adverso +25%	Remoto +50%	
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	177.949	9.072	6.804	4.536	
Ativo indenizável	Redução do IPCA	237.809	12.437	9.328	6.219	
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do CDI	(201.868)	(9.579)	(11.530)	(13.464)	
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do Dólar	277.313	19.658	82.487	134.696	
Empréstimos e financiamentos	Pré-fixado	(77.766)	(5.086)	(5.086)	(5.086)	
Empréstimos e financiamentos	Alta do Dólar	(280.038)	(19.851)	(83.297)	(136.019)	
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	(3.188.125)	(103.667)	(122.161)	(140.500)	
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA	(165.431)	(20.957)	(23.144)	(25.303)	
		(3.220.157)	(117.973)	(146.599)	(174.922)	
			Taxas utilizadas	Provável	Adverso +25%	Remoto +50%
			CDI	5,10%	6,37%	7,65%
			IPCA	5,23%	6,54%	7,85%

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do *spread* contratual, conforme definido na nota 17.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
SCOTIABANK 4131 CELG	19.851	83.297	63.446	136.019	116.168
SCOTIABANK CELG SWAP PA	(19.658)	(82.487)	(62.829)	(134.696)	(115.038)
SCOTIABANK CELG SWAP PP	9.579	11.530	1.951	13.464	3.885
Total	9.772	12.340	2.568	14.787	5.015

31. Compromissos

Os compromissos relacionados aos contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$2.538.165 em 2021, R\$3.520.741 em 2022, R\$3.526.932 em 2023, R\$3.647.303 em 2024 e R\$65.951.616 após 2024, tendo seu prazo final em 2053.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no período findo em 31 de março de 2021 que foram homologados pela ANEEL.

32. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos	Período de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	de	até		
Riscos operacionais	31/10/2020	31/10/2021	2.883.541	6.760.700
Responsabilidade civil geral	31/10/2020	31/10/2021	N/A	115.588
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10/11/2020	10/11/2021	N/A	678.824
Riscos ambientais	01/11/2020	01/11/2021	N/A	135.214

33. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31.03.2021	31.03.2020
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(11.054)	(16.587)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(145)	(221)
	(11.199)	(16.808)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das informações financeiras intermediárias avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Demonstrações do fluxo de caixa	Efeito caixa		Nota explicativa	
	31.03.2021	31.03.2020	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de empréstimos e financiamentos	950.196	222.352	17	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(229.084)	(97.891)	17	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(2.838)	(2.945)	18	Obrigações com arrendamentos
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	37.196	-	30	Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	755.470	121.516		

34. Evento subsequente

(a) Novo mútuo em moeda nacional com Enel Finance International N.V. conforme detalhado a seguir:

Notas Explicativas

CELG Distribuição S.A. – CELG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de Amortização	Pagamento de Juros	Finalidade	Garantias
Enel Finance International N.V.	160.000	31/03/2021	06/04/2023	CDI + 1,18% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

- (b) Em 20 de abril de 2021, foram aprovadas as contas dos Administradores, o Relatório da Administração da Companhia e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, além das demonstrações de outros resultados abrangentes, complementadas pelas notas explicativas, acompanhados do relatório emitido pelos auditores externos, KPMG Auditores Independentes.
- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia alcançou um lucro de R\$134.603, o qual, acrescido o montante de R\$18.873, relativo à reserva de reavaliação, alcançou o lucro total de R\$153.476.
- O lucro do exercício será absorvido pelos prejuízos acumulados e pelo resultado do benefício pós-emprego (perda atuarial), no montante de R\$42.768, não havendo, portanto, dividendos a serem distribuídos, nem tampouco lucro a ser destinado à constituição de reserva legal.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

CELG Distribuição S.A. – CELG D

Goiânia – GO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias CELG Distribuição S.A. – CELG D (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores da CELG Distribuição S.A. – CELG D, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Goiânia, estado de Goiás, na Rua 2, Quadra A-37, nº 505, Edifício Gileno Godói, Bairro Jardim Goiás, CEP: 74.805-180, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 01.543.032/0001-04 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com a conclusão expressa no relatório de revisão dos auditores independentes referentes às informações trimestrais - ITR da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2021; e

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais - ITR da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2021.

Goiânia, 30 de abril de 2021.

Diretor Presidente - Jose Luis Salas Rincon

Diretora de Mercado - Marcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretora de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores - Michelle Rodrigues Nogueira

Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora de Serviços - Flavia Da Silva Barauna

Diretor de Regulação - Rosana Rodrigues dos Santos

Diretor de Compras - Margot Frota Cohn Pires

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Jose Luis Salas Rincon

Diretor de Pessoas e Organização - Alain Rosolino

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, na qualidade de Diretores da CELG Distribuição S.A. – CELG D, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Goiânia, estado de Goiás, na Rua 2, Quadra A-37, nº 505, Edifício Gileno Godói, Bairro Jardim Goiás, CEP: 74.805-180, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 01.543.032/0001-04 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com a conclusão expressa no relatório de revisão dos auditores independentes referentes às informações trimestrais - ITR da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2021; e

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais - ITR da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2021.

Goiânia, 30 de abril de 2021.

Diretor Presidente - Jose Luis Salas Rincon

Diretora de Mercado - Marcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretora de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores - Michelle Rodrigues Nogueira

Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora de Serviços - Flavia Da Silva Barauna

Diretor de Regulação - Rosana Rodrigues dos Santos

Diretor de Compras - Margot Frota Cohn Pires

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Jose Luis Salas Rincon

Diretor de Pessoas e Organização - Alain Rosolino